



RELATÓRIO TÉCNICO

JUNHO 2012

Marta de Azevedo Irving
(INCT-PPED/CNPq, Programa EICOS/IP e PPED/IE/UFRJ)

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa





Coordenação Geral

Marta de Azevedo Irving

Comitê de Organização INCT/PPED/CNPq

Marta de Azevedo Irving (Programa EICOS/IP e PPED/IE/UFRJ)

Rodrigo Medeiros (PPGPDS/UFRRJ e PPED/IE/UFRJ)

Estela Neves (PPED/IE/UFRJ)

Marie Louise de Beyssac (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Yara Valverde (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Leandro Fontoura (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Coordenação de Relatoria INCT

Marta de Azevedo Irving (Programa EICOS/IP e PPED/IE/UFRJ)

Marie Louise de Beyssac (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Yara Valverde (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Equipe de Relatoria

Bruna Conti (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED)

Carlos Alberto Mesquita (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Cláudia Horta (Programa EICOS/IP/UFRJ e INCT-PPED)

Elisabeth Machado Pinto (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Elizabeth Oliveira (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED)

Erika Fernandes Pinto (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Gustavo Melo (Programa EICOS/IP/UFRJ e INCT-PPED)

Gustavo Simas (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED)

Heloisa Ayres (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Inês Infante (LAGEAM/ UFRRJ)

Leandro Fontoura (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Equipe de Organização

Adriana Conti Rezende (LAGEAM/ UFRRJ)

Ana Carolina Oliveira (INCT-PPED)

André Lemos (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED)

Gustavo Simas (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED)

Hamilton Filho (LAGEAM/ UFRRJ)

Jacqueline Silva Rodrigues (GAPIS/IP/UFRJ E INCT-PPED/CNPq)

Leila Chabane (Consulado da França no RJ)

Leonardo Gomes (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Lorena Andrade (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED)

Loar Coutinho (LAGEAM/ UFRRJ)

Marcelo Lima (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Maria Clara Marques (GAPIS/IP/UFRJ E INCT-PPED/CNPq)

Mariana Prado (GAPIS/IP/UFRJ)

Sonia Lais (INCT-PPED)

Vanessa Cerqueira (GAPIS/IP/UFRJ)

Wilson Mendonça Sousa Neto (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED)

Realização:



Parcerias:



Apoio:





SUMÁRIO

1 – OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

2- PROGRAMA DO EVENTO

3 – RESULTADOS

3.1 – CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS PARA REFLEXÃO

3.2 – SÍNTESE DE RELATORIA DOS PAINÉIS

4- ANEXOS

4.1 – LISTA DE INSTITUIÇÕES PRESENTES

4.2 – LISTA DE PRESENÇA

4.3 – QUADRO SÍNTESE DO UNIVERSO DE PARTICIPAÇÃO

4.4 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

4.5 – FOLDER ORIGINAL DO EVENTO

Realização:



Parcerias:



Apoio:





1 – OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

O interrelação entre os temas governança ambiental, biodiversidade e cultura está no centro dos debates acadêmicos e também de políticas públicas, diante dos inúmeros compromissos assumidos globalmente nas Convenções das Mudanças Climáticas e da Diversidade Biológica e dos Objetivos do Milênio da ONU, apenas para mencionar os documentos internacionais de maior rebatimento nas reflexões propostas para a Rio+20, Conferencia Internacional da ONU a ser realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2013. No entanto, estes temas são normalmente tratados isoladamente, por instâncias institucionais distintas e as discussões são dirigidas a públicos também distintos, quer no âmbito acadêmico, quer na gestão pública ou envolvendo o movimento social e/ou o setor empresarial. Assim, temas interdisciplinares de impacto transversal deixam de ter os rebatimentos desejados em termos de reflexão teórica e ações associadas. Por esta razão e, tentando inovar no processo discussão buscando gerar subsídios para a Rio+20 que reflitam as expectativas dos diferentes segmentos sociais, o workshop foi concebido a partir do olhar qualificado da academia mas buscando o diálogo com os distintos setores da sociedade, a partir de temas transversais. do debate e da vivencia intersetorial, registrada nos documentos finais do evento. Assim, o workshop foi concebido como locus privilegiado para a geração compartilhada e a difusão de conhecimento sobre o tema, no sentido de trazer subsídios e reflexões para a Rio+20.

Com esta prerrogativa e, tendo em vista a complexidade dos temas tratados, o Instituto Nacional de Ciencia e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED/CNPq), em articulação com os Programas de Pós Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, vinculado ao Instituto de Economia e o Programa Eicos do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e com o apoio do

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Programa de Pós Graduação em Práticas Sustentáveis da UFRRJ, iniciou, em 2011, uma série de eventos, no âmbito da cooperação internacional, para liderar o debate sobre o tema do desenvolvimento, em suas interfaces econômica, social e ambiental, com o objetivo de promover a reflexão sobre sustentabilidade, em antecipação à Rio+20. Foi neste contexto que o workshop foi concebido e planejado. Para tal, o evento contou com a participação de pesquisadores nacionais e estrangeiros e interlocutores dos diferentes segmentos da sociedade, em um processo de discussão orientado por painéis com focos transversais e interdisciplinares.

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa





2 – PROGRAMA DO EVENTO

O Programa do evento em sua versão final está resumido a seguir:

Abertura – 07/05/2012 – 17:30hs / 18:30hs

Renato Boschi (IESP e INCT-PPED/CNPq)

Ana Célia Castro (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Mario Panaro (Cônsul Geral da Itália)

Jean-Claude Moyret (Cônsul Geral da França)

Débora Foguel (Pró-Reitora de Pesquisa e Pós Graduação da UFRJ)

Marta de Azevedo Irving (Coordenadora geral do evento e pesquisadora do INCT-PPED/CNPq e do Programa Eicos/IP e do PPED/IE/UFRJ)

Painel 1 – Balizamentos Conceituais Necessários

08/05/2012 – 09:00hs / 10:30hs

Rodrigo Medeiros – coordenação – (INCT-PPED/CNPq, PPGPDS/UFRJ e PPED/IE/UFRJ)

Andrea Calori (Politécnico de Milano) – Itália

Thomás Barros Ramos (Universidade Nova de Lisboa) – Portugal

Aurelie Druget (MNHN/CNRS) – França

Bernard Gauthiez (Université Jean Moulin Lyon 3) – França

Abdulcarimo Ismael – (Universidade Lúrio) Moçambique

Painel 2 – Desafios para a pesquisa

08/05/2012 – 14:00hs/ 15:30hs

Marta de Azevedo Irving – coordenação – (INCT-PPED/CNPq, Programa EICOS/IP e PPED/IE/UFRJ)

Denise Tarin (Ministério Público do Estado do RJ)

Fabio Scarano (Conservação Internacional)

Xosé Solla (Universidade de Santiago de Compostela) – Espanha

Philippe Marie Lena (IRD-MNHN) – França

Painel 3 – Desafios para Políticas Públicas

09/05/2012 – 09:00hs/ 12:30hs

Estela Neves – coordenação – (NCT-PPED/CNPq e PPED/IE/UFRJ)

Carlos Minc (Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro)

Luiz Philippe Peres Torelly (IPHAN)

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Jean-Pierre Briot (Diretor CNRS – Brasil)

Ana Cristina Barros – The Nature Conservancy Brazil

Painel 4 – Parecerias e Inovação

09/05/2012 – 14:00hs/ 17:30hs

Carlos Eduardo F. Young – coordenação – (INCT-PPED/ CNPq e PPED/IE/UFRJ)

Alejandro Roig (REPSOL – Sinopec)

Afonso Nuno Martins (ISMAT – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes – Grupo Lusófona) – Portugal

Valdir Siqueira (Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Angra)

Marcio Macedo Costa (BNDES)

Painel 5 – Geração e Difusão de Conhecimento

10/05/2012 – 09:00hs/ 12:30hs

Alexandre D'Ávignon – coordenação – (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Luiz Henrique de Lima (UNESCO – Brasil)

Tania Barros Maciel (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Moacyr Goes (Direção da TV Câmara do Município do RJ)

Bernard Gauthiez (Université Jean Moulin Lyon 3) – França

Painel 6 – 10/05/2012 – Recomendações para Rio+20

10/05/2012 – 16:00hs/17:00hs

“Síntese e Recomendações para a Rio+20”

Marta de Azevedo Irving (INCT-PPED/CNPq, Programa EICOS/IP e PPED/IE/UFRJ e

Rodrigo Medeiros (INCT-PPED/CNPq, PPGPDS/UFRRJ e PPED/IE/UFRJ – Coordenação Relatores e Representantes dos Demais Painéis

3 - RESULTADOS

O evento contribuiu, como planejado, para a discussão interdisciplinar e intersetorial de um tema estratégico, no âmbito da Rio + 20, gerando subsídios para pesquisa, para políticas públicas e para consolidação de parcerias entre os diferentes segmentos da

Realização:



Parcerias:



Apoio:





sociedade, no sentido de apoiar práticas inovadoras e sustentáveis com relação ao tema proposto. Além disso, a organização do evento agregou, simultaneamente, pesquisadores, alunos de graduação e de pós-graduação associados a três programas de pós graduação, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e universidades e contou com a presença de 90 instituições (27 acadêmicas, 29 governamentais, 18 representações da sociedade civil e 16 instituições do segmento privado) 415 participantes no total. E, como resultados concretos, o evento gerou além deste Relatório Técnico e Fotográfico, um vídeo editado, já em fase de finalização. Todos estes resultados estarão sendo divulgados nos sites do INCT-PPED/CNPq e dos Programas de Pós Graduação envolvidos em sua realização. Vale ressaltar que os pesquisadores e/ou instituições acadêmicas internacionais convidadas compõem as redes de cooperação internacional para a pesquisa dos vários programas de pós graduação envolvidos no planejamento e realização do workshop. E este se baseou na premissa de estreitamento dessas redes e também em seu papel para a formação de recursos humanos, em nível de pós graduação, privilegiando temas transversais de impacto direto no desenvolvimento de inúmeras teses e dissertações e também na construção de alternativas de co-orientação. Mas mais importante do que estes produtos tangíveis do evento foi o seu impacto na consolidação de um fórum interdisciplinar e intersetorial de debates e a consolidação de redes de cooperação, pesquisa e projetos. Vale também ressaltar que durante o evento, diversos participantes solicitaram o encaminhamento dos resultados dos debates às suas instituições de origem e também se dispuseram a divulgá-lo em outros fóruns de debates. Os resultados do evento serão também encaminhados ao Comitê Organizador da Rio+20.

O Workshop foi realizado prioritariamente com recursos do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED/CNPq) e da CAPES. Mas contou também com apoio complementar do Consulado da França no Brasil, da Repsol e da UTE Norte Fluminense.





O apoio recebido pela CAPES e demais instituições parceiras foi fundamental à realização do evento e possibilitou, para além dos resultados técnicos mencionados, o deslocamento e hospedagem, transporte e alimentação de convidados nacionais e internacionais, a aquisição de material de consumo para viabilizar toda a fase preparatória de planejamento e divulgação, de realização do evento, a sistematização das informações dos debates e a consolidação de relatoria técnica e fotográfica, um DVD editado sobre o evento (a ser encaminhado posteriormente a cada uma das instituições envolvidas), além da tradução simultânea português-inglês-francês, nos painéis que contaram com participantes de outros países, além de espaços e momentos de confraternização e convivialidade entre os participantes.

3.1 - CONTRIBUIÇÕES INDIVIDUAIS PARA REFLEXÃO

A seguir estão apresentados os textos individuais para apoiar a reflexão, enviados ao evento pelos convidados dos painéis.

Painel 1- Balizamentos Conceituais Necessários

3.1.1 - Andrea Calori

Instituição: Politecnico di Milano

Cargo atual: consultant

e-mail: andrea.calori@polimi.it

Título : “Governance as territorial interpretation”

From growth to sustainability





Most part of the theoretical basis of the Modern Era refer to economy as a sort of “growth technology” that is oriented to support an endless growth of the GDP; which is the real objective of the development model of the Modernity.

When economy is transformed into a pure technique and when the GDP is even more connected to the financial system than to the real economy, the knowledge system moves towards its objectives with less regard for the effects that economic growth has on social relations, democratic institutions, culture, the environment and territory. Beside this, environmental and social problems tends to be considered as something that has to be repaired and compensated “end of pipe”, with sectoral actions.

This can either be explained by ignorance or by rejecting the idea of the coevolution of the productive and distributive process with the cultural evolution of mankind and the transformation of the world's living environments. By separating these processes the economy overlooks the effects of such behaviour, namely changes to the human mind and within the historic and naturalistic environment which, in turn, directly influence economic behavior

These processes, amongst other factors, call for a critical analysis of the mainstream story-telling which depict the contemporary world as something which is inevitably destined to be overwhelmed by the processes of deterritorialisation and despatialisation which have been created by globalisation.

At the same time this situation needs to go beyond corrective and sectoral interventions as well as environmental “end of pipe” policies and to develop territorial sciences which are really capable of dealing with the global nature of processes at a local level. This is paramount if we are to rediscover the geo-cultural wealth of places and to invent and reinvent a wealth of knowledge and life forms which are both unique and common.

Territory is the result of long standing coevolutionary processes between human settlements and the environment (which is not simply “nature”) that is constantly transformed by the





cultural project of a civilisation, which can either reproduce or even increase its patrimonial value.

For this reason, territory cannot be considered either as a mere “lifeless support” for social and economic relations or as nothing more than part of the earth's ecosystem which has been anthropized to a greater or lesser extent and is equipped with certain “assets” (both tangible and not) which have accumulated over time.

The approach of the deep sustainability connected to a more effective culture of biodiversity (biodiversity culture and cultural biodiversity) can focus on the concept of “territory” as a common good that is characterized by its own historic, cultural, social, environmental and productive identity and considers landscape as the visible manifestation of territory.

In this perspective the social relations are characterized also by the relations that they have with a material environment. In this situation, given that they are relatively stable and connected to the material nature of places, even environmental components are considered to be “intangible”, as they are referred to immaterial capitals or heritages. They represent a wealth of knowledge in which social capital, contextual *savoir-faire*, local cognitive capital, industrial environments, local entrepreneurial and institutional capabilities, local reproductive systems, lifestyles and identifying characteristics of the milieu and so on, all play a vital role.

The key of regeneration

The process to build a sustainable world has to move from the consciousness of needs to the explicit goal of the creation of an extra-economic "added value" - social, relational, environmental and territorial - while necessarily acting within the economic relations that characterizes our society.

These economic relations proposes a fundamental question of sense to the economic action; investigating the effects and assess the results in a complex way, taking care of the





regeneration of social and environmental capital, and verifying their capability to achieve this objectives.

In this sense, the problem is not necessarily to measure the conditions and the dynamics of environment, but to *verify and to measure the capability of an actor – a group, a network – to get the goal of the regeneration of social and environmental capital.*

The *key of regeneration* is important to set the attention on the acknowledge of the fundamental contribution of common goods made by ecosystems, natural resources, social and relational networks of communities, which are the indispensable foundation for any human activity, based on the principles of reciprocity and cooperation, justice and respect for people (working conditions, health, education, social inclusion, guarantee of essential goods) and the natural heritage, democratic participation, engagement in the local economy and active relationship with the territory.

These are all assets that need an integrated attention and co-responsibility for their maintenance and regeneration not to diminish their potential use by other people and future generations and whose accessibility must be guaranteed *beyond a mere consumption perspective* for lifestyles and processes that, over time, render untenable the access to these same assets.

The construction of economy which allows the regeneration of the commons is the cornerstone on which is based a sustainable world. The *key of regeneration* needs to be differently implemented *place by place*, according to the specific combinations of the relations among society and its environment. The term “place” does not refer to spatial dimensions, nor does it make reference to a particular (small) scale. It has rather to be considered as a node of a “network of places”, which can be used as a metaphor to describe the world and to think a “bottom up globalization”.

In each of these nodes the key of regeneration has be implemented through *local sustainability pacts*, which is a way to say that – in the *regeneration perspective* –





participative processes are deeply necessary as a way to involve all the parts of the society in the mission of “sustain the sustainability”: that is keeping together the change of individual lifestyles, of social behaviors of economic processes and of public policies.

In this direction citizens initiatives and solidarity economy are not the only possible way the economy can maintain, enhance and restore public goods but rather a point of reference in terms of the type and quality of care they have in respect of these goods. With different intensity and commitment the same goals can be positively declined even in areas where the economic aspect of solidarity can not be immediately obvious, as a major element for economic innovation.

Which governance for the regeneration of common goods?

A deep approach to sustainability implies different problems from the institutional point of view, because an holistic vision of the relations between society and environment that can't be reduced to a sectorial treatment or assigned to a specified department inside a public body *has effects both on the policy contents and on the institutional forms* related to them.

This creates some questions from the institutional point of view because the spaces for discussion, the public co-decision, the establishment of local rules and concrete action that are at the basis of a *local pact for sustainability* should be guaranteed in interfacing with institutions that are often designed and managed to operate in a sectoral manner, with a limited regulatory power.

The institutional perspective proposes some important theoretical questions, but has surely important methodological and practical implications and advantages in drawing and implementing public policies.

As a first step to manage the *transition to sustainability* is to put into value all the social and economic processes that fit into a *regeneration perspective*, that is:

- to take into account the *cluster of needs* that characterize the *regeneration actions*;





- to work to make them emerge dedicating specific and continuous attention to the *networking activities*;
- to give a kind of *public representative* to the social phenomenons that are not represented in the traditional political representatives;
- to think that is more effective not to think about a standard public offering that could be good for all, but to a *plurality of answers* in terms of products, services, networking activities, financial supports, regulations, etc.

14

All is to say that governance is not simply a tool neither a way to manage sustainability, but a key element that is fundamental to keep together processes innovation and content issues.

3.1.2 - Tomás B. Ramos

Instituição: CENSE, Center for Environmental and Sustainability Research, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa. Portugal

Cargo atual :Professor Auxiliar

e-mail: tabr@fct.unl.pt

Título: “Planejamento, Avaliação e Gestão da Sustentabilidade em Áreas Protegidas em Portugal”

1. Enquadramento

A análise da evolução do uso e ocupação do solo em Portugal evidencia que os territórios artificializados passaram a ocupar, em 2000, cerca de 2,7% de Portugal Continental, enquanto





que as zonas húmidas e as massas de água ocupam 0,3 e 0,9%, respetivamente. Realce-se ainda que entre 1985 e 2000 os territórios artificializados e as florestas aumentaram cerca de 41,2% (70000 ha) e 2,8 % (94000 ha), respetivamente. Nos espaços artificializados domina o tecido urbano descontínuo, constituindo perto de 70 % da área de ocupação desta classe. Nas últimas duas décadas, o processo de infraestruturização do território com redes de transportes sofreu um crescimento bastante expressivo. O grande desenvolvimento da rede rodoviária constituiu o principal instrumento de infraestruturização do território, tal como sublinhado no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território. Em 2000, as redes viárias e ferroviárias e espaços associados, zonas portuárias e aeroportos ocupavam, respetivamente, 1 %, 0,6 % e 1,7 % dos tecidos artificializados. Entre 1985 e 2000 ocorreram aumentos nestes territórios associados aos transportes. O maior aumento foi observado nas redes viárias e ferroviárias e espaços associados (1847 ha), seguido dos aeroportos (380 ha) e zonas portuárias (206 ha) (Painho e Caetano, 2011).

As transições mais importantes que se têm verificado entre classes de ocupação do solo foram de vegetação natural para floresta, de agricultura para territórios artificializados e de agricultura com áreas naturais para floresta. Estes resultados refletem o assinalável crescimento económico, que se traduziu na expansão das áreas urbanas. Este crescimento urbano intensivo e frequentemente dissociado de um padrão de qualidade, nomeadamente ambiental, tem vindo a comprometer a sustentabilidade territorial. A aposta centrou-se no sector da construção, descurando o desenvolvimento de múltiplas atividades de particular valia socioeconómica e ambiental. A ausência de políticas de gestão e planeamento territorial eficazes e a deficiente articulação entre os diferentes instrumentos de ordenamento do território e de planeamento ambiental, têm conduzido a um cenário de intensificação do desordenamento territorial no país. Uma parte significativa das disfunções territoriais tem sido originada à escala local, com os correspondentes impactes negativos nas escalas regional e nacional. A ausência de práticas de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) (na legislação



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa





portuguesa – Decreto lei 232/2007 – foi apenas publicada em Junho de 2007) para as grandes opções de desenvolvimento para a escala nacional e regional tem também permitido descurar um conjunto de efeitos significativos na biodiversidade e ordenamento do território, conduzindo a situações de desequilíbrio intra e inter-regional nos sistemas ambiental, social, económico, cultural e institucional.

Portugal possui áreas particularmente importantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, quer na componente terrestre, quer nas componentes marinha e de águas interiores. O posicionamento geográfico do país, ao abranger três Regiões Biogeográficas – Atlântica e Mediterrânica no continente e Macaronésica nos arquipélagos da Madeira e dos Açores – é bem elucidativo da elevada diversidade biológica existente em Portugal. Em 2008 foi criada a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) (Decreto-Lei n.º 142/2008) que é constituída pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e pelas áreas de reserva ecológica (REN) e agrícola nacional (RAN) e do domínio público hídrico, enquanto áreas de continuidade que estabelecem ou salvaguardam a ligação e o intercâmbio genético de populações. O SNAC é essencialmente constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000. Em dezembro de 2010 a área total classificada no âmbito da Rede Nacional de Áreas Protegidas e da Rede Natura 2000 correspondia a cerca de 22% do território Português continental (APA, 2011).

Ao longo das três últimas décadas tem-se registado um incremento na superfície do território nacional abrangido por Áreas Protegidas (AP). Segundo APA (2011), a Rede Nacional de AP inclui atualmente 43 áreas em Portugal Continental, abrangendo 680 789 hectares, o que equivale a cerca de 7,8 % do território Português continental. Em 2009 e 2010 foram designadas sete Áreas Protegidas de âmbito local ou regional e, em 2010, foi criada a

Realização:



Parcerias:



Apoio:





primeira Área Protegida de âmbito privado, com uma área de cerca de 215 hectares e localizada no Vale do Coa.

No âmbito da Rede Natura 2000, encontram-se classificadas 50 Zonas de Proteção Especial (ZPE), 10 das quais possuem uma componente marinha, e 94 Sítios de Importância Comunitária (SIC), dos quais 23 possuem uma componente marinha. Estas áreas classificadas, que nalguns casos apresentam uma sobreposição com as AP, abrangem uma superfície terrestre total de 1 980 768 hectares o que representa cerca de de 22% do território do Português continental. Encontra-se em curso o alargamento da Rede Natura 2000 ao meio marinho (APA, 2011).

São claros os efeitos positivos na conservação da natureza e biodiversidade associados à existência de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas e da Rede Natura 2000. Contudo só a efetiva implementação de planos de gestão ambiental e ordenamento territorial para estas áreas de particular sensibilidade ambiental e social, dificilmente poderão assegurar a adoção das necessárias medidas de gestão e monitorização ambiental.

1. Instrumentos de Planeamento, Avaliação, Gestão e Comunicação da Sustentabilidade

A atual legislação Portuguesa sobre Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei 46/2009) possui uma categoria de planos especialmente direcionada para a integração da componente ambiental no planeamento e programação – Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) –, estabelecendo regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território. Existem vários de PEOT, designadamente: (i) planos de ordenamento de áreas protegidas (POAP); (ii) planos de ordenamento de albufeiras de águas públicas (POAAP); (iii) planos de ordenamento da orla costeira (POOC); (iv) planos de ordenamento de parque arqueológico (POPA); (v) planos de ordenamento de estuários (POE). De acordo com a legislação em vigor, todos os PEOT têm

Realização:



Parcerias:



Apoio:





de ser obrigatoriamente sujeitos a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica. Atualmente, todas as Áreas Protegidas de âmbito nacional possuem planos de ordenamento em vigor. Com a aplicação destes planos devem ficar estabelecidos quais os usos e regimes de gestão compatíveis com a proteção e conservação dos valores naturais.

Contudo, o estado atual dos ecossistemas em Portugal é o resultado de um longo e contínuo processo de perturbação e de destruição. Neste contexto, destacam-se os efeitos da fragmentação de ecossistemas como um dos tipos de efeitos negativos particularmente significativo, decorrentes de vários de intervenções humanas, nomeadamente decorrentes da implantação de infraestruturas lineares (e.g. rodovias e ferrovias). Os ecossistemas terrestres e aquáticos (águas interiores, estuarinas e marinhas) encontram-se sujeitos a significativas pressões resultante da ocupação e transformação do solo, da emissão de poluentes e também da introdução de espécies exóticas invasoras. Para além dos valores intrínsecos dos ecossistemas, importa assegurar as funções e serviços dos ecossistemas, relacionados com o suporte de um conjunto de bens e serviços essenciais para o bem-estar humano, incluindo a produção de alimentos, combustíveis, fibras e medicamentos, a regulação dos recursos hídricos, ar e clima, o equilíbrio do ciclo dos nutrientes e a manutenção da fertilidade dos solos (MEA, 2005). Neste contexto, os instrumentos de planeamento, avaliação, comunicação e gestão ambiental podem ter um papel fundamental na integração dos serviços dos ecossistemas nos instrumentos de planeamento e na avaliação dos riscos decorrentes das políticas, planos, programas e projetos com interferência nos ecossistemas, em particular nas áreas de particular sensibilidade e valor ambiental.

A avaliação e comunicação da sustentabilidade em áreas protegidas constitui um dos pilares essenciais para qualquer modelo de planeamento e gestão. Neste âmbito, os indicadores de sustentabilidade constituem uma instrumento de particular valor acrescentado. A conceção e desenvolvimento de indicadores deve integrar uma comunicação aberta e eficaz e um processo de ampla participação, incluindo um processo contínuo, iterativo e um

Realização:



Parcerias:



Apoio:





procedimento adaptativo que forneça um suporte contínuo no processo de tomada de decisão (Marques et al., 2012; Ramos e Caeiro, 2010; Coelho et al., 2010; Mascarenhas et al., 2010, Ramos, 2009). As comunidades locais devem ser envolvidas em todas as etapas de planejamento e implementação de iniciativas que abranjam áreas protegidas, incluindo a seleção, a recolha e a monitorização de indicadores para a avaliação e comunicação da sustentabilidade dessas intervenções.

Os resultados dos processos de avaliação e monitorização da sustentabilidade de áreas protegidas têm como uma das principais finalidades apoiar a tomada de decisão, nomeadamente a que está associada a processos de política e planejamento, melhorando assim a gestão dos sistemas naturais e humanos e minimizando os efeitos negativos das pressões exercidas sobre estes territórios. No entanto, mais do que constituírem apenas instrumentos de apoio à decisão e à gestão, os mecanismos de avaliação e relato devem estar preparados para integrar e refletir adequadamente os valores de incerteza de processos complexos e não lineares, onde frequentemente os limites e metas de sustentabilidade não são conhecidos.

Num futuro próximo os instrumentos de avaliação e gestão da sustentabilidade deverão estar preparados para integrar novos desafios e lidar com aspetos não-tradicionais da sustentabilidade, nomeadamente: (i) mudanças e ameaças globais; (ii) incerteza de objetivos, metas e limites; (iii) comportamento cultural, religioso e ético, estética e a generalidade dos valores não-materiais; (iv) ténue distinção entre tempos de paz e de guerra; (v) aprendizagem e gestão colaborativa de valores imensuráveis; e (vi) monitorização voluntária, enquanto complemento efetivo da monitorização formal/institucional. Os instrumentos de avaliação, gestão e comunicação da sustentabilidade devem ser capazes de repensar novos limites *versus* limites já bem estabelecidos e aceites, incluindo a inclusão das variáveis não tradicionais, tais como as referidas anteriormente.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Neste contexto, admite-se que os instrumentos planeamento, avaliação, gestão e comunicação ambiental e da sustentabilidade em áreas protegidas deverão vir a estar preparados para equacionar vários desafios, designadamente:

- Novas abordagens envolvidas na estimativa dos limites físicos, ecológicos, sociais de sustentabilidade nestes territórios particularmente sensíveis;
- A comunicação e internalização da certeza *versus* incerteza das avaliações de sustentabilidade, incluindo as medições e estimativas fornecidas por modelos e indicadores/índices;
- A conceção e as implicações da adoção de metodologias simples e amigáveis para avaliar e comunicar limites de sustentabilidade para as diferentes partes interessadas (*stakeholders*);
- Novos métodos de avaliação, gestão e comunicação da sustentabilidade que permitam lidar com aspetos não-tradicionais da sustentabilidade em áreas protegidas;
- Como efetivar a utilização dos resultados da monitorização na gestão e planeamento de áreas sensíveis, isto é, que modelo utilizar para assegurar impactos reais da monitorização e avaliação nos processos de decisão e gestão destes territórios.

Referências bibliográficas

APA (2011). Relatório do Estado Ambiente – REA 2011 Portugal. Agência Portuguesa do Ambiente. Lisboa.

MEA (2005). *Millennium Ecosystem Assessment. Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Island Press.

Painho, M, Caetano, M. (2005). Cartografia de ocupação do solo : Portugal continental, 1985-2000 : CORINE Land Cover 2000. Lisboa. Instituto do Ambiente

Marques, A.S., Ramos, T.B., Caeiro, S., Costa, M.H. (2012). Adaptive-Participative Sustainability Indicators in Marine Protected Areas: Design and Communication. *Ocean and Coastal Management*. DOI: 10.1016/j.ocecoaman.2011.07.007.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Ramos, T.B., Caeiro, S. (2010). Meta-performance Evaluation of Sustainability Indicators. Ecological Indicators. 10, 2, 157-166.

Coelho, P., Mascarenhas, A., Vaz, P., Dores, A., Ramos, T.B. (2010). A Framework for Regional Sustainability Assessment: Developing Indicators for a Portuguese Region. Sustainable Development. 18, 211-219.

Mascarenhas, A., Coelho, P., Subtil, E., Ramos, T.B. (2010). The Role of Common Local Indicators in Regional Sustainability Assessment. Ecological Indicators. 10, 646-656.

Ramos, T.B. (2009). Development of Regional Sustainability Indicators and the Role of Academia in this Process: the Portuguese Practice. Journal of Cleaner Production. 17, 1101-1115.

3.1.3 a) Aurélie Druguet

Instituição: National Museum of Natural History, Paris, FRANCE

Cargo atual \ Position: Research Associate

e-mail: druguet@mnhn.fr

3.1.3 b) Serge Bahuchet

Instituição: National Museum of Natural History, Paris, FRANCE

Cargo atual \ Position: Professeur

e-mail: bahuchet@mnhn.fr

Título: “Local knowledge: what place for the indigenous peoples and local communities?”

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Since the 50s, discourses of policy makers on the status and role of indigenous peoples and local communities and on their knowledge and practices have changed. The core of the current debate is about the cultural importance of the environment. Local communities implement a set of techniques and knowledge that participate in structuring and maintaining biological diversity at different levels: from varieties and local breeds to landscapes. Local knowledge or traditional ecological knowledge refers to the complex system of knowledge, skills, practices, techniques and representations that are specific to a given population, having a long interaction with its environment. This system of knowledge is dynamic. It is developed, accumulated, adapted and transmitted from generation to generation. It is unique and has a high diversity, related to the cultural diversity of the local populations of the world. It is integrated into a sophisticated cultural system, based on language, modes of resource use, customary rights, classification systems, spirituality and representations of the world. That's why, when focusing on local knowledge, we have to focus also on its transmission, on the local governance and on the rights of the owners of this knowledge.

Toward recognition...

At first, the debate centered on property rights and on recognition of ancestral lands. There was little talk about natural resources. The recognition of cultural, linguistic, economic, religious and socio-political specificities to indigenous peoples, compared to the other groups of the national community where they live, led progressively to allow them specific rights in international law and in certain national laws. The most important text in this regard is the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples of 2007. Since 1992, the role of local communities and indigenous peoples in the management of natural and genetic resources was much discussed (Berkes & al, 2000; Gray & al, 1998; Roué & Nakashima, 2002). The importance of local knowledge and expertise in the conservation of the biodiversity is mentioned in the Rio Declaration and Agenda 21. Its role is explained in the





Convention of Biological Diversity (CBD, 1992). The article 8j, on "*in situ conservation*", is the most important in this regard. It says that further consideration should be given to "*knowledge, innovations and practices of indigenous and local communities*" and they must represent a source of inspiration for conservation policies. Holders of such knowledge must be actively involved in conservation and management efforts.

However, who owns the biodiversity? Does compensation must accompany its use? If so, to whom, in what form, and at what price? These questions are even more important today that life has become a major economic issue, when there is a confrontation between the countries that have these genetic resources on their territories and the countries that have the technical and economic means to exploit them. The CBD had to define the terms of an international system of regulation to protect the biodiversity and its use. And therefore it had to define the use and access rights to biological resources. The challenge was to recognize both the intellectual property rights of industries (art. 16.5) and the rights of local and indigenous peoples over their knowledge on resources (art. 8j). The solution suggested in the CBD is to encourage the establishment of bilateral contracts between industries and communities that own the resources or knowledge. At the 10th Conference of the Parties of the CBD, in Nagoya (2010), the interest shifted more precisely on how to achieve a "*fair and equitable sharing of benefits arising from the utilization of genetic resources*". It is noted that a prior agreement of local communities must be obtained before any use of their resources and knowledge. In addition, they must receive a share of the benefits received by their national states. However, we can wonder whether regulating local ecological knowledge by an intellectual property system will not conflict with the way local people themselves view their own knowledge. What will be the impacts on knowledge systems and local rights?

...but a low operationality





Nevertheless, if great progresses have been made in terms of recognition of local knowledge and rights, the implementation of these recommendations remains unclear. These international documents are still questionable in terms of protecting the rights of local communities and indigenous peoples. According to the CBD, “States have sovereign rights over their own biological resources”, and they “are responsible for conserving their biological diversity, and for using their biological resources in a sustainable manner” (preamble and art.3). There is no guarantee that local and indigenous communities will receive a fair and equitable sharing of benefits, especially if the State does not recognize the legal existence of indigenous peoples on its territory, nor specific rights to them, like France. In addition, in some articles of the CBD, particularly those dealing with protected areas, these property and use rights, and the prior consent of local community are not clearly defined.

Examples of such a successful integration of indigenous knowledge in conservation or management projects remain scarce. What are the issues? First, rightholders and beneficiaries are not clearly defined. Who can be defined as an indigenous people and, even more, as a local community? Who will benefit from the utilization of the genetic resources? Second, defining procedures to involve or to compensate the communities that are contextualized and adapted to the cultural diversity and to the local contexts is also of great importance. And third, we have to think about the sustainability of this system, about the transmission of this knowledge.

Defining beneficiaries and rightholders

Who are the beneficiaries of this international recognition and of the utilization of the genetic resources? The definition of an indigenous people or a local community is not clear in the international documents. For instance, the UN Declaration of 2007 speaks only of self-determination. But for a self-determination, one must be informed about it. And, concerning Africa, the "indigenist" international NGOs seem to decide who is indigenous and they have a preference for hunter-gatherers and nomadic pastoralists.





The concept of indigenous has been the subject of much debate since the first text of 1957 dealing with indigenous issues, the Indigenous and Tribal Populations Convention (ILO, N°107), and as a result of the indigenist policies developed in Latin America since the early 20th century (Favre, 1996). It was developed around the idea of "first-time installation". However, this particular relationship related to time between a population and a territory is much more difficult to establish in Africa or Asia (Hodgson, 2002). The African history is marked by incessant movements of populations and by integration of multiple ethnic identities (Geschiera, 2009). Thus, it is very important to work on the definition and the contextualization of these terms and their scales of relevance.

We should also think about the definition of the rightholders of the benefits arising from the utilization of genetic resources, especially when the focus is not on a biological resource used by local people or when this resource is present in several areas or even several countries, or used by several communities. The category and the definition of the rightholders are still unclear. Who is legitimate to represent the community and claim intellectual property?

To set up adapted procedures and participation

Progress must be made on the types of compensations and benefits to implement. First, we have to understand what is damage according to the cultural values of a community and how to adapt procedures, the nature of the compensations and of the benefits to the local context and to the communities. How to set up procedures taking into account the cultural diversity? How do we operate the distribution and implement collective compensation mechanisms?

It is recognized that natural resources conservation had to go through their economic valuation and that should be implemented with the support and participation of local people. But many questions remain unanswered. What means “participation”? The distinction





between participation, consultation and information is not clear (Herbertson & al, 2009). How to build participation and with whom? In all cases, participation is based on representative institutions or leaders. The International Finance Corporation (IFC) adopted community engagement standards. It recommends to “*try to ensure that these individuals are indeed true advocates of the views of their constituents and can be relied upon to faithfully communicate the results of engagement with the project company back to their constituents*” (2007). These intermediates may be local officials, traditional leaders, local NGOs or simply individuals. Thus, attention must be paid on the selection process of representatives, on their status at the local level and on what is expected from them.

Allowing transmission of local knowledge

The importance of local knowledge raises the question of its transmission over time. The standard school system is inappropriate for this. On the one hand, it operates a separation between knowledge and practice. On the other hand, it is based on a universal and non-localized program. Meanwhile, local language is hardly used as a teaching language, thus forbidding transmitting the local names of plants and animal as well as the local ecological knowledge. Places for knowledge transition, the classrooms, and learning materials, textbooks, are inappropriate to promote the transmission of local knowledge. Thus, these systems can lead to the erosion of the local knowledge, of the cultural diversity and even of the social cohesion.

How can we allow the transmission of local knowledge, without interfering with the ability of communities to manage their own future? How to combine local and exogenous knowledge? We must question the teaching methods as well as the places and forms of transmission. This relies on an academic recognition of local knowledge and of local education methods.





Referências bibliográficas:

Berkes F., Colding J., Folke C. (2000). Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological Applications*, 10, 1251–1262.

Favre H. (1996). *L'indigénisme*. QSJ, Paris: PUF.

Geschiere, P. (2009). *The Perils of Belonging — Autochthony, Citizenship, and Exclusion in Africa and in Europe*. Chicago: University of Chicago Press.

Gray A., Parellada A., Newing H. (1998). *Indigenous peoples and biodiversity conservation in Latin America. From principles to practices*. International Work Group For Indigenous Affairs (IWG1A) & Interethnic Association For the Development of the Peruvian Amazon (AIDSESP), Lima-Copenhagen.

Herbertson K., Ballesteros A. R., Goodland R., & Munilla I. (2009). *Breaking ground: Engaging communities in extractive and infrastructure projects*. Washington DC: World Resources Institute.

Hodgson D. L. (2002). Introduction: Comparative Perspectives on the Indigenous Rights Movement in Africa and the Americas. *American Anthropologist*, 104, 1037–1049.

Roué M., Nakashima D. (2002). Des savoirs “ traditionnels ” pour évaluer les impacts environnementaux du développement moderne et occidental. *Revue internationale des sciences sociales*, 173, 377-388.

Painel 2 – Desafios para a Pesquisa

3.1.4 - Fabio Rubio Scarano

Instituição : Conservação Internacional

Cargo atual : Vice-Presidente Sênior para as Américas

Realização:



Parcerias:



Apoio:





e-mail: f.scarano@conservacao.org

Título: “Comunicando ciência e tomada de decisão em meio à crise global: o caso brasileiro”

Introdução

O argumento que irei defender é baseado em duas premissas:

1) O Brasil é o país mais bem posicionado para migrar de um modelo de crescimento econômico tradicional para um modelo que concilie o bem-estar das pessoas com a conservação e uso sustentável dos recursos naturais; dispõe ainda de grande capital natural e possui economia forte.

2) O Brasil possui é hoje um grande produtor de ciência, que se enquadra predominantemente na categoria “bio-ambiental” e forma 1 doutor por dia só nas áreas clássicas da biodiversidade; entretanto, a tomada de decisão ambiental segue sendo irregular quanto à sua qualidade.

As perguntas que irei tratar, portanto, são:

1) Como fazer com que a ciência de boa qualidade produzida no país implique boa tomada de decisão nos setores público e privado?

2) Já estamos produzindo a ciência nova que se endereça a tratar dos possíveis caminhos na transição de um modelo econômico tradicional para um, digamos para fins de simplicidade, verde?

A Interface Ciência - Tomada de Decisão

Como aproximar e permitir o diálogo entre dois profissionais com características tão distintas? O estereótipo do cientista é o do profissional que estuda o que gosta (foco individual), não tem pressa, e adora um debate, especialmente com alta carga de antagonismo.





O estereótipo do (bom) tomador de decisão é o do profissional cujo foco é o coletivo, as decisões são urgentes, e seu trabalho é promover acordos.

O argumento que defenderei nesse tópico é que no Brasil hoje os mundos desses dois profissionais são ainda muito distantes. Em parte, isso tem a ver com o fato que 80% dos nossos doutores são absorvidos pela academia. O setor público não acadêmico tem menos que 20% dos doutores e o setor privado tem cerca de apenas 5% desses profissionais altamente qualificados; as proporções são ainda menores para ONGs, consultorias, etc. Para aproximá-los, seria desejável que mais tomadores de decisão se aproximassem de iniciativas como mestrados profissionais ou doutorados aplicados às suas práticas profissionais. Por outro lado, seria útil que as pós-graduações tratassem um pouco mais de temas ligados aos problemas globais e abrissem portas aos seus estudantes para outros setores que o não só acadêmico. Utilizarei o IBAMA e o ICMBio como exemplos de mudanças positivas.

29

Uma nova ciência?

A ciência que alguns autores tem chamado de *ciência da sustentabilidade* é trans- e interdisciplinar e é a que se propõe a, de maneira integrada, tratar dos problemas ligados ao desenvolvimento, com seu tripé econômico, social e ambiental. No Brasil, entretanto, o desenho da pós-graduação é ainda estritamente disciplinar e o tratamento de temas transversais é feito, habitualmente, por um ou outro docente individualmente, mas não necessariamente por cursos inteiros. Que curso de pós-graduação trata frontalmente de temas como a crise da biodiversidade, a crise do clima, a pobreza, a fome?

O argumento que defenderei é que o país precisa fomentar mecanismos de formação de profissionais, ao menos ao nível de pós-graduação, que possuam um perfil mais transdisciplinar do que o perfil atual, que é com frequência estritamente especializado e com norte exclusivamente acadêmico.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





A recomendação que faço para o Rio+20 é que o Brasil não espere pelas nações desenvolvidas e crie um fundo fiduciário de 3 bilhões de dólares para promover modelos locais de desenvolvimento verde. As ações práticas nas esferas municipais ou estaduais seriam embasadas e alimentariam com dados pesquisadores que teriam nessas ações verdadeiros laboratórios vivos para examinar e compreender a relação entre bem-estar humano e a proteção e uso sustentável de recursos naturais renováveis.

Esse fundo seria três vezes superior ao Fundo Amazonia e seria facilmente capitalizável a partir de recursos de compensação ambiental oriundos dos setores energético e extrativista brasileiro. A compensação ambiental de Belo Monte está estimada em 3,3 bilhões de reais e ao pré-sal, que certamente será ainda maior, sequer pode ainda ser estimada.

3.3.5 - Xosé Manuel Santos Solla

Instituição: Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)

e-mail: xosemanuel.santos@usc.es

Título: “Refletindo sobre Pesquisa, políticas ambientais, institucionalidades e desafios pós Rio+20”

1.- As **políticas ambientais a pesar de que na teoria foram amplamente aceitas desde as instituições, na realidade estão a ser levadas pelos departamentos mais agressivos**, quando menos na Espanha onde estão ligadas aos departamentos de infraestruturas ou também aos de agricultura onde se valoriza fundamentalmente a agroindústria. No primeiro dos casos o argumento reside no fato de vincular a construção de infraestruturas às avaliações ambientais quando na realidade estas últimas são apenas uma desculpa e não um impedimento para a realização das obras.

Relativamente à ligação dos departamentos de meio ambiente e agricultura nos leva a refletir sobre uma suspeita de que as políticas ambientais vinculam-se quase que





exclusivamente com as áreas naturais, deixando de lado os espaços urbanizados. Também, como já foi indicado, é paradoxal essa vinculação política com a agricultura mais agressiva e intensiva que é realmente a que se está promovendo desde os departamentos de agricultura.

Portanto uma linha de pesquisa que teria de ser aprofundada tem a ver com o jeito no que os governos incorporaram o meio ambiente nas suas agendas política e por que em muitos casos foi associado precisamente a esses departamentos mais agressivos ambientalmente.

31

2.- A criação de espaços naturais protegidos só existe enquanto que, não ponha em perigo o desenvolvimento econômico. Nos últimos anos foram reconhecidas muitas áreas naturais pela singularidade dos seus valores ao tempo que se estabeleciam, ainda que não sempre, normas de uso e gestão. Com frequência os territórios entraram em concorrência para saber qual era o que tinha mais superfície protegida como se esse indicador possa ser equivalente à sua qualidade ambiental.

Neste ponto há pelo menos duas questões a considerar. A primeira tem a ver com a reversibilidade das proteções. Quer dizer que essa proteção só é garantida enquanto não houver outros interesses *superiores*, isto é de caráter econômico que ponham em questão essa proteção. Com outras palavras, as possibilidades para o desenvolvimento de um povo vão estar sempre vinculadas com as intervenções econômicas, mas que com a preservação ambiental.

Uma segunda questão relacionada com a anterior é que nem sempre se vai proteger o espaço mais frágil, mas sim aquele que tem menos atrativo para os interesses econômicos das pessoas. Cumpre também destacar a demora com a que se aprovam os planos de uso e gestão dos espaços protegidos o que permite manter a pressão e a exploração dos seus recursos.

A pesquisa, portanto deve evidenciar as estratégias que existem atrás da proteção de determinados espaços ou também as que já existem para que outros não sejam objetos da mesma.



Parcerias:



Apoio:





3.- **Os espaços naturais protegidos servem para justificar atuações com frequência muito agressivas fora de esses âmbitos.** Em certa medida acontece algo semelhante aos centros históricos urbanos que são objeto de uma severa proteção ainda que no exterior dos seus recintos domine a liberdade às vezes mais absoluta. Esta comparativa resulta mais pertinente ao considerarmos a criação da figura do monumento natural num processo evidente de patrimonialização da natureza.

Um reconhecimento verdadeiro do valor da natureza teria necessariamente de ir acompanhado da desapareção dos espaços protegidos devido a que a presença universal venha a dar uma consciência relativa à sua importância para a humanidade, o que implicaria uma preocupação constante pelo seu cuidado e conservação.

A orientação da pesquisa poderia ser no sentido de fazer simulações de como funcionaria uma área natural protegida no caso de uma consciência universal sobre o seu valor. Também resultaria de grande interesse uma comparativa entre um espaço protegido com gestão estándar e um outro sem proteção oficial mas sim por parte da população local.

4.- **Não há uma compreensão da relevância do ser humano com as áreas naturais.** De fato existem relações conflituosas com as comunidades locais quando na realidade são os interesses de fora os que criam esses conflitos. Há uma tendência a considerar que a preservação das áreas naturais só é possível dissociando-as da presença permanente de comunidades humanas. Isto supõe de fato o estabelecimento de relações conflituosas entre as populações locais e os responsáveis políticos. As primeiras olham com desconfiança as políticas de preservação por quanto modificam os seus modos de vida. Os segundos consideram a estes habitantes um incômodo para os seus objetivos conservacionistas. A sua perspectiva costuma ser de carácter urbano e não sempre entendem bem a realidade que pretendem proteger.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Do ponto de vista da pesquisa haveria que incidir na importância de muitas práticas culturais na preservação das paisagens naturais. É bom lembrar que em realidade a imensa grande parte dos chamados espaços naturais não são mais que espaços culturais nos que a mão do ser humano ao longo da história foi-nos moldando-os até dar-lhes a forma atual que além do mais é dinâmica e não imutável.

5.- Os espaços naturais entraram à formar parte da olhada turística sem que exista uma gestão adaptada dos mesmos. Há uma desconfiança entre gestores turísticos e ambientalistas que é muito paradoxal. Estes últimos desde uma perspectiva conservacionista mostram interesse pelo turismo como fonte de ingressos econômicos às vezes muito pressionados desde as administrações públicas mais interessadas nos benefícios do turismo que na preservação ambiental.

Contudo chama a atenção que a pesar da pressão turística não haja recursos humanos formados em turismo trabalhando juntamente com ambientalistas no planejamento de espaços naturais.

A pesquisa relativa a este ponto teria de abordar vários temas. Um deles é como influencia a declaração de proteção de um espaço natural na frequência turística e se a citada declaração responde mais a questões turísticas que de necessidade ou urgência de proteção. Outro tema de interesse para a pesquisa seria como mudaria a gestão de um espaço natural à incorporação de uma olhada turística profissional obviamente coordenada com as práticas de conservação ambiental.

6.- O ambiente assemelhar-se a uma questão própria de ambientalistas sem que haja a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, o que seria muito aconselhável. Como já foi comentado não estamos unicamente diante de espaços naturais e sim, sobretudo culturais. Portanto cumpre uma olhada diversa lançada desde a psicologia, sociologia,





agronomia, turismo, urbanismo, etc. A necessária transversalidade que quase sempre fica no papel é muito relevante para uma adequada governança ambiental.

Esta carência que analisamos neste ponto não precisa de pesquisa por que o problema está na própria pesquisa ou se, se quer nas atitudes gremiais dos pesquisadores sempre receosos do nosso campo de trabalho que consideramos o único e o mais importante. O discurso da multi e da interdisciplinaridade começa a ficar vazio de conteúdo sendo a responsabilidade nossa, sem possibilidade de transferi-la a outras pessoas.

34

7.- Qual é o papel dos cientistas na biopirataria e como transformar esses conhecimentos em riqueza para a comunidade local e em sabedoria para o conjunto da humanidade. Este é um problema denunciado desde muitos âmbitos e que tem a ver com a cultura, com a biodiversidade e com o deficiente governo. É necessário explorar o escuro e complexo mundo que se move no entorno da indústria farmacêutica e que se apropria dos conhecimentos das populações para transformá-los em remédios que beneficiam apenas aos países mais desenvolvidos.

A abordagem desta bem conhecida situação foi realizada fundamentalmente desde as ONGs e desde grupos ambientalistas em geral. Porém cumpre que a academia e o mundo científico em geral se posicionem em contra destas práticas e ponham em evidencia as injustas consequências que gera a biopirataria.

8.- Teria de existir uma governança mundial ambiental? É válido o esquema das Nações Unidas? Em algum momento da história recente já foi formulada a possibilidade de que espaços naturais chaves para o planeta estivessem submetidos a um controle internacional. Na realidade não foi uma proposta séria, nem quem a fez era precisamente um país que destaque pelo seu protagonismo na conservação da natureza. Outra questão relevante





é que o sistema das Nações Unidas parece seguir sendo o organismo internacional que garante as relações em igualdade para solucionar os grandes e graves problemas do mundo.

Porém nestes momentos sabemos que as NU são o reflexo de uma situação derivada do final do conflito armado da II Guerra Mundial e que a sua estrutura e funcionamento têm de ser profundamente alterados para ser eficaz. Os cientistas têm que implicar-se na procura de uma nova governança que seja a que venha dar soluções aos problemas que enfrenta o planeta. Sem dúvida um tem de ser necessariamente a conservação dos oceanos e das florestas, âmbitos fundamentais para a sobrevivência do ser humano.

35

9.- Como muda o discurso ambiental em época de crise? A crise econômica que afeta a muitas das nações mais desenvolvidas está a desfocar a preocupação ambiental que passa a um segundo plano (ou além de ele) nas prioridades políticas. Quando o crescimento econômico beneficia às alargadas capas de população, há lugar para desenvolver uma preocupação ambiental, muitas vezes superficial e que responde ao modelo da modernidade reflexiva. Mas quando o sistema dá mostras de debilidade e as populações vêm em perigo os seus confortáveis modos de vida, o crescimento a qualquer preço recupera o seu protagonismo.

É preciso investigar qual é o preço ecológico da crise nas nações ricas e como estes estados são responsáveis dos desastres ambientais dos territórios mais empobrecidos.

Também resultaria de interesse pesquisar qual vai ser o ponto de quebra da modernidade reflexiva. Por exemplo, quando o nosso sistema vai abandonar o já obsoleto modelo petrolífero?

10.- E a mudança climática, está se tornando a preocupação desde as consequências até as oportunidades de negócio? O discurso sobre a mudança climática que

Realização:



Parcerias:



Apoio:





é vista com muita preocupação no mundo, começa a ser transformada desde os perigos às oportunidades. Já se fala abertamente dos novos passos pelo Ártico que favorecerão as novas rotas marítimas. Mas sobre tudo se fala da exploração do petróleo que muito provavelmente existe nestas áreas hoje geladas, prorrogando deste jeito a economia petroleira.

Até que ponto a academia aceita este novo discurso? Não teríamos de aprofundar em estudos que amostrem alternativas ao modelo atual e que sejam atrativas às populações? Até agora os argumentos usados como alternativas estão relacionados com a renúncia aos atuais modos de vidas, e mais que como avanços assemelhar-se a retrocessos. Forçar um novo discurso que seja real e convincente tem de começar por uma profunda transformação da classe política que hoje é dependente exclusivamente dos poderes econômicos dominantes.

36

3.1.6 - Philippe Léna

Instituição: IRD/MNHN (Institut de Recherche pour le Développement/Museum National d'Histoire Naturelle) - França

Cargo atual: Directeur de Recherche

e-mail: philippe.lena@sfr.fr

Título : “*Os impasses do desenvolvimento: tecnologia e justiça social*”

A questão ambiental deve se tornar cada vez mais central nas sociedades contemporâneas e chegar a condicionar todas as atividades humanas. Uma reflexão sobre a contribuição da ciência e tecnologia na busca da sustentabilidade deveria partir de algumas considerações incontornáveis que representam o verdadeiro desafio:

- **Estamos em situação de *overshoot***, consumindo 1,47 planeta , ultrapassando sua capacidade regenerativa. Precisamos com urgência voltar dentro dos limites, no momento em

Realização:



Parcerias:



Apoio:





que a biocapacidade do planeta diminui (sobretudo nos últimos 50 anos), os efeitos do aquecimento global vão ficar mais sensíveis (diminuindo, por exemplo, a capacidade agrícola da África, onde os acréscimos populacionais serão os mais fortes), e que bilhões de habitantes querem acessar ao consumo e 3 bilhões de novos habitantes vão chegar.

- **Essa situação é recente**, o que torna difícil sua compreensão, sua aceitação e a necessária mudança de visão e valores. Nos anos sessenta, a maior parte dos países industrializados tinha uma pegada ecológica inferior a 1. Hoje, para voltar ao patamar “autorizado”, precisam, em média, dividir por 4 sua pegada ecológica. A situação dos países é muito desigual (de 0,10 a + de 8) e entre grupos sociais dentro de um mesmo país (da mesma ordem, em média). A maior parte dessa PE é devida às emissões de GEE. O maior poço de carbono é o conjunto dos oceanos, que dão sinal de saturação (aumento em 30% da acidez), o segundo são as florestas, destruídas em ritmo acelerado (50% em 40 anos), o terceiro são os solos, que perdem essa capacidade com a monocultura química-mecanizada (perda de humo, erosão, desestruturação).

- **As energias fósseis baratas estão na origem dessa explosão da PE**. Em pouco mais de 200 anos de « antropoceno », em que o ser humano recorreu aos combustíveis fósseis, a população foi multiplicada por 7 e a produção material muito mais ainda. Nos últimos 50 anos a produção de alimentos foi multiplicada por 2,6 enquanto a população era multiplicada por 2,4. A produtividade de um agricultor europeu é quase 2.000 vezes a de um agricultor da África subsahariana. A produção de cereais por hectare na Europa foi multiplicada por 5 a 6 desde os anos 50. Esse aumento é devido parcialmente à seleção de sementes e muito mais aos defensivos e adubos químicos (boa parte dependendo do petróleo) e das máquinas (cada agricultor se beneficiando assim de um trabalho equivalente ao de 200 ou 300 escravos). As projeções da FAO para a alimentação mundial em 2050 apostam na generalização desse modelo que se mostra insustentável.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





- **O fim das energias e dos recursos naturais baratos.** O petróleo é de longe a forma de energia mais rentável e mais prática. Seu rendimento energético líquido, no caso de novas jazidas (e no início da era do petróleo) está próximo de 100 (precisa investir um barril de petróleo para dispor de 99 barris). Com a necessidade crescente de bombear o petróleo e com contextos geológicos cada vez mais difíceis, o REL se situa hoje em torno de 15 a 20 em média, e continua a decrescer (o REL do gás natural é de 10 mas sua liquefação o diminui de 40%). Nunca chegará a 1 porque seria absurdo, mas a partir de um certo patamar o custo é tão elevado que a produção é abandonada. Além do custo, as emissões de GEE por unidade de energia estão também subindo muito e os danos ambientais aumentam consideravelmente. De acordo com a AIE, o peak de petróleo convencional (momento em que a produção estagna antes de decrescer) foi provavelmente alcançado em 2005. Deveria ser o caso de todas as categorias de petróleo entre 2015 e 2020. Como a demanda continua a crescer rapidamente, os preços vão aumentar... tornando a extração mais cara ainda, num círculo vicioso. Basta lembrar da recessão mundial provocada em 1973 e 1979 por pequenos ajustes de preço do petróleo para ter uma ideia do que vai acontecer. A extração mineral enfrenta os mesmos rendimentos decrescentes e custos crescentes. Não vamos enfrentar o esgotamento absoluto dos minerais (o cobre, por exemplo, tem reservas teóricas de 40 anos), a não ser em casos excepcionais, mas sim um custo crescente, antieconômico, devido à dificuldade crescente de extração e à quantidade crescente de energia investida por tonelada de produto. Sem falar que a construção das próprias máquinas se torna mais custosa devido ao aumento do custo tanto da energia quanto do material empregado.

- **O futuro do carvão.** Suas reservas são importantes (850 bilhões de toneladas) embora as de fácil extração já tenham sido exploradas. Ele ainda é responsável por 40% da eletricidade mundial. A China tira dele 70% da sua energia primária e constrói uma central térmica por semana. A Índia deve seguir o mesmo caminho. O carvão é em grande parte

Realização:



Parcerias:



Apoio:





responsável pelo aumento do teor de CO₂ na atmosfera desde 1850 (bem como pelas chuvas ácidas e a disseminação de metais pesados na atmosfera). Os dois procedimentos que poderiam aliviar seus efeitos negativos (o sequestro e a liquefação) são caros, gastam muita energia e reduzem o REL de tal maneira que sua generalização é pouco provável (dentro dos mil projetos de termoeletrônica atualmente planejados, só 4 incluem o sequestro). Num círculo vicioso, o aumento do preço do petróleo encarecerá a extração de carvão. Mas o principal problema é o desastre climático que acarretaria: queimar as reservas rejeitaria mais CO₂ do que tem atualmente na atmosfera, elevando o teor de CO₂ acima de 800 ppm. Por esses motivos, é provável que seu uso comece a diminuir a partir da década de 2020.

- **Papel das energias renováveis.** Nenhuma parece hoje poder substituir o petróleo, tanto do ponto de vista econômico ou da eficiência quanto da facilidade de uso. Elas são chamadas a desempenhar um papel muito importante mas provavelmente num quadro bem diferente do atual. Da mesma forma que o petróleo “produziu” a sociedade atual, as renováveis “produzirão” outro tipo de sociedade, mais descentralizada, mais relocalizada, mais sóbria e igualitária. Eliminando os biocombustíveis, cujo REL é muito baixo e que precisam da monocultura mecanizada-química (isto é, do petróleo), as outras não permitirão a manutenção do nosso modelo de produção-consumo, muito menos sua generalização. São, para a maioria, energias difusas e intermitentes. Algumas (grandes eólicas, barragens) consomem muita energia e muitos recursos minerais na sua fabricação. Sem falar das redes caríssimas que seria necessário construir e manter. Num contexto de energia rara e cara, de minérios cada vez mais caros, representará uma dificuldade. O paradoxo é que a maior parte das energias renováveis só poderia ser implementada em escala graças à energia barata do petróleo (e de recursos minerais também baratos).

- **A crise alimentar.** O Banco Mundial atribuiu 75% do aumento dos preços dos alimentos (140% entre 2002 e 2008) à política norte-americana e europeia de produção de biocombustíveis. Porém existe uma realidade incontornável: o aumento da demanda x





diminuição da capacidade agrícola (desertificação, expansão das cidades e das infraestruturas, degradação dos solos), mal compensada pelo aumento das áreas agrícolas... à custa da destruição dos ecossistemas. A agricultura “moderna” é dependente demais do petróleo para que o nível de intensificação europeu possa se manter, muito menos para que ele se generalize. Os preços dos alimentos vão subir cada vez mais. Por isso o *land grabbing* está se expandindo (segurança alimentar + especulação), mas será alcançado pela crise da energia.

- **A sexta extinção (de origem antrópica).** Ela começou no paleolítico mas foi multiplicada por um fator mil nos últimos 50 anos. Resulta do rápido crescimento demográfico multiplicado pelo aumento de consumo de recursos *per capita*, que acarreta o encolhimento das áreas ocupadas por ecossistemas naturais e seu empobrecimento (diversidade das espécies). Um ecossistema com menos diversidade específica produz menos serviços ambientais... dos quais precisamos. Sem falar que seu encolhimento compromete o equilíbrio da biosfera que nos sustenta. É ao mesmo tempo urgente parar com essa destruição, reconstituir no maior grau possível ecossistemas viáveis, intensificar para fazer frente à demanda... num contexto de energia cara, com um modelo agrícola que se revela insustentável. Eis o desafio.

- **A desmaterialização da economia.** O desacoplamento absoluto (o relativo já existe mas não impede o aumento dos volumes de recursos consumidos e das emissões de GEE) entre crescimento do PIB e consumo de recursos parece impossível de ser alcançado numa economia movida pelo consumo crescente de bens. Os serviços que poderiam tornar a vida das pessoas mais agradável têm uma fraca capacidade de gerar aumentos de PIB (além de não ser rentáveis num sentido econômico estrito, (ver Jackson 1999). As tecnologias de ponta consomem muita energia (centrais de dados, transmissão) e metais raros, quase impossíveis de serem reciclados (difusão extrema). Os otimistas apostam na criatividade e inovação. O problema é o tempo (não temos 30 anos para mudar) e a escala (além da proeza técnica não generalizável) que depende de fatores termodinâmicos e econômicos. Até hoje, a tecnologia





quase sempre piorou a relação com o ambiente. Todos os recursos científicos e tecnológicos devem ser mobilizados, mas a serviço de outra organização social e política.

- **Conflitos ou divisão do bolo?** A escassez leva a conflitos de apropriação. Pode também levar à monopolização dos bens essenciais e ao aumento das desigualdades. A não ser que haja um salto qualitativo civilizacional. Por isso, é possível afirmar que as mudanças sócio-políticas são fundamentais para oferecer um quadro, um norte, para a ciência e a inovação. A escassez só será aceita num quadro igualitário. Precisa-se portanto trabalhar a noção de **convergência**.

-Tendo em vista que as atividades e os produtos serão cada vez mais avaliados de acordo com a relação: utilidade social/pegada ecológica, deveria se estimular as pesquisas sobre o consumo de energia/emissão de GEE dos produtos, não só durante seu funcionamento mas também na sua produção, reciclagem ou eliminação. Isso permitiria comparações e competição virtuosa, com a finalidade de diminuir a pegada ecológica. O tamanho desta deveria ser escrito nos rótulos e embalagens.

- Incentivar pesquisas sobre simplificação dos produtos, visando facilitar sua reciclagem total.

- Incentivar pesquisas sobre substituição de agrotóxicos e adubos químicos e, de modo geral, sobre a agroecologia, agricultura orgânica etc.

- Incentivar os circuitos curtos e a economia local.

- Implementar um imposto sobre CO2. Este teria, entre outros efeitos, o de facilitar o item acima.

- Incentivar a economia solidária e os circuitos não mercantis.

- Incentivar pesquisas sobre a “outra economia”, muito falada mas que carece de definição e estudos, e que não deve ser confundida com a economia verde.

- Expandir a política de preços diferenciados (energia, água).



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa





- Tornar antieconômica qualquer remoção de vegetação nativa através de impostos e multas significativas. Isso deveria diminuir o *dumping* ambiental que favorece essencialmente o agronegócio.

- Reforçar os órgãos de controle ambiental.

- Criar um observatório permanente da “economia verde”, com o intuito de analisar seu real conteúdo ambiental e social.

- No plano internacional, contribuir para a construção de uma governança fundiária global. Começar a jogar as bases da partilha mundial dos recursos e do conhecimento

Painel 3 – Desafios para Políticas Públicas

3.1.7 - Jean-Pierre Briot

Instituição: Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França

Cargo atual: Diretor, CNRS Brasil (Representação permanente do CNRS no Brasil)

e-mail: diretor@cnrs-brasil.org

Título: “Some Issues, Experiences and Directions for Governance and Public Policies – The Case of Protected Areas – Technique vs/and Participation ?

Regarding environmental governance and public policies, focusing here on the case of management of protected areas for biodiversity conservation, we believe there is some fundamental complementarity, as well as some tension, between the needs for participation of social actors involved (stakeholders, e.g., environmentalists, local communities, tourism operators, municipality...) and the needs for a minimal kind of technical expertise to help at evaluate management proposals and decisions. To shortly exemplify extreme risks, a pertinent decision taken without any consultation may not be well accepted by stakeholders because seen as too technocratic and autocratic. On the other hand, a completely democratic and consensual decision could be very inappropriate regarding the future of the protected area. We

Realização:



Parcerias:



Apoio:





ground our discussion on some experience of an interdisciplinary research project about the use of computer-based support for participatory management of protected areas for biodiversity conservation and social inclusion. This project explores the use of computer-supported participation for stakeholders as well as providing them with technical tools to self-evaluate the positioning and the viability of their proposals.

Initial steps for public policies were mostly technocratic. In the context we consider here (management of protected areas), the manager of the park is the technocrat decision maker (who may have an initial training in biology or/and in social sciences), and bases his decision on the evaluation of the situation, his technical expertise and experience. In 2000, the Brazilian legislation introduced the concept of management council associated to a protected area, whose members are representatives of the different stakeholders involved (see examples above), in order to introduce participation of the social actors involved (SNUC, 2000). Note that in the case of some types of protected areas, namely national parks, this council is only of consultative nature. The existence of such a council indeed is expected to improve social participation, awareness, legitimacy, the inclusion of stakeholders concerns and viewpoints, and hopefully to help at identifying and constructing potential strategies based on local knowledge and experiences (Irving, 2006).

That said, the technical tools for evaluation and decision making are still mostly in the hands of the park manager. The potential limits of participation is therefore that the discussion between members of the management council may reach some limits because of the difficulty to objectify and compare (commensurate) the pros and cons of their respective perspectives and proposals. This may lead to blockage and frustration. On a more epistemological and political perspective, we believe that pure participation with no means for some minimal grounded technical (objective) expertise raises the issue of the incommensurability of proposals (in other words, relativism), thus leaving unclear on what ground a decision could be finally taken (in extreme cases, force...).





What we propose therefore is to provide the stakeholders/participation with some access to technical tools to self-evaluate their viewpoints and proposals. Obviously, it is a very ambitious wish and it touches upon some fundamental educational issues. But we believe that with computer-supported recent advances, there are some ways towards empowering stakeholders with more technical expertise, and not let stay this technical expertise only in the hands of the decision makers.

Our experience and prospect is based on a research project named SimParc (which stands in French for “Simulation Participative de Parcs”) (Briot et al., 2011). Its objective is to help various stakeholders to collectively understand conflict dynamics for natural resources management and to exercise negotiation management strategies for protected areas. The computer-supported serious game SimParc prototype combines techniques such as: distributed role-playing games, support for negotiation between players, artificial intelligence and decision-theory-based decision agents, assistant agents, and viability expert agents. The role-playing game is based on a negotiation process that takes place within the park council, about the “zoning” of the park, i.e., the decision about a desired level of conservation for every sub-area of the park. Each player embodies the role of a member of the park management council (e.g., environmentalist, representative of local community, etc.) with its respective postures and objectives. He will try to influence the decisions about the type of conservation for each landscape unit. It is clear that conflicts of interest will quickly emerge, leading to various strategies of negotiation (e.g., coalition formation, trading mutual support for respective objectives, etc.) between players. A special role in the game is the park manager, as he is an arbiter and final decision maker. It is important to highlight that the SimParc game, as its present stage, is only used as an exploratory tool and training method, and not (or at least not yet) for decision support of an actual park management council.

Current SimParc prototype has been tested through different game sessions with domain expert players (Briot et al., 2011). The use of advanced interface and communication





techniques already showed their potential for facilitating discussion and negotiation. We also experimented with a prototype artificial decision maker (taking the role of the park manager) as a way to set up various configurations (e.g., park manager more or less open to participation and to social concerns) and to provoke awareness between players (Sordoni et al., 2010). Also assistant agents have been designed to assist players through the game, for instance about the compatibility or incompatibility of their proposals with proposals of other players.

We are now experimenting with more technical assistance of two kinds. One kind is based on (shallow) decision theory in order to provide players with information about their relative and global positioning within the collective decision process (e.g., relations of dominance and equity properties).

An even more ambitious kind is based on viability theory (Aubin, 1992), a mathematical formalism which allows to identify the policies that can retain or restore desirable properties of a dynamical system (biological, economical...). Our very first prototype of a viability expert agent aims at helping each player to define what he considers to be the desirable properties (constraints) of the park (to be viable), e.g., considering the survival of an endangered species, or the sustainability of an economical model of park visitation. The underlying hypothesis is that negotiation between stakeholders could more easily focus on the constraints rather than on direct management decisions. The objective is therefore to provide players with some technical evaluation of the impact of the constraints they define as well as the way they could enforce them. Technically speaking, the viability expert agent can compute the viability kernel (domain of viability) corresponding to the constraints defined by the player and also propose actions which allow to stay within this viability kernel. Therefore the viability expert agent can help the player at evaluating the feasibility of the constraints and objectives that he himself defines and wants to negotiate. Although still within an initial stage, a first prototype of the viability expert agent has already





been implemented tested on a first test case of a socio-ecological-tourism model for a park (Wei et al., 2012). Examples of constraints that were defined, evaluated and negotiated between players were about the preservation of environment and about limitations of tourism visitation. Although very preliminary, we believe that these very first experiments show some direction to explore.

Concluding this short presentation, we hope that such kinds of experiments may contribute to explore how combining participatory approaches for management of protected areas with the use of some technical and shareable expertise, within the participatory process itself.

Referências bibliográficas

- Aubin, J.-P. (1992). *Viability theory*. Modern Birkhäuser Classics. ISBN: 978-0-8176-4909-8.
- Briot, J.-P., Irving, M. A., Melo, G., Vasconcelos, J. E., Alvarez, I., Martin, S., Wei, W. (2011). A serious game and artificial agents to support intercultural participatory management of protected areas for biodiversity conservation and social inclusion. *2nd International Conference on Culture and Computing (Culture and Computing'2011)*, Kyoto, Japan, October 2011. ISBN: 978-1-4577-1593-8.
- Irving, M. A. (2006). *Áreas Protegidas e Inclusão Social: Construindo Novos Significados*. Rio de Janeiro: Aquarius.
- Irving, M. A., Oliveira, E. (2012). *Sustentabilidade e transformação social*. Rio de Janeiro: Senac Nacional. ISBN: 978-85-7458-312-9.
- SNUC. (2000). *Lei No 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências*, Presidência da República, Brazil, 18/07/2000.
- Sordoni, A., Briot, J.-P., Alvarez, I., Vasconcelos, J. E., Irving, M. A., Melo, G. (2010). Design of a participatory decision making agent architecture based on argumentation and

Realização:



Parcerias:



Apoio:





influence function – Application to a serious game about biodiversity conservation. *RAIRO – Operations Research*, Special Issue on COGIS'09, 44(4), p. 269-284, October-December 2010. ISSN: 0399-0559.

Wei, W., Alvarez, I., Martin, S., Briot, J.-P., Irving, M. A., Melo, G. (2012). Integration of viability models in a serious game for the management of protected areas. *IADIS Intelligent Systems and Agents 2012 Conference*, Lisboa, Portugal, July 2012. To appear.

47

Painel 5 – Geração e Difusão de Conhecimento

3.1.8 - Tania Maria de Freitas Barros Maciel

Instituição : Programa Eicos/IP/UFRJ

e-mail: taniabm@gmail.com

Título: “Sustentabilidade e Governança: Novos desafios para velhos problemas”

Desde a década de 70, quando o paradigma econômico começou a ser questionado, a humanidade vem se dando conta do limite dessa perspectiva, que não tem sido capaz de, sozinha, dar conta de alcançar o bem estar humano.

Brundtland, em 1987, definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias”. Passados 25 anos, o conceito parece não dar conta da complexidade das questões ambientais postas atualmente. A sustentabilidade, conceito hoje discutido em todas as esferas da sociedade, sucinta a necessidade de se pensar um novo modelo de desenvolvimento e de reaproveitamento dos recursos naturais, sabidamente,

Realização:



Parcerias:



Apoio:





finitos. Desde o conceito foi cunhado, centenas de livros, artigos e outros trabalhos foram escritos, divulgados e criticados. Diversas reuniões com líderes internacionais foram

realizadas e milhares de páginas de documentos foram redigidos. Contudo, a sociedade global ainda não conseguiu alcançar a tão sonhada ‘sustentabilidade’.

O Brasil, país megadiverso, apresenta algumas particularidades que são inerentes a países em desenvolvimento que sofrem, sobremaneira, a grande demanda de recursos naturais requerida pelo atual modelo de desenvolvimento, pela pressão antrópica das grandes cidades, pelo crescente aumento populacional, além da alta exportação de matéria prima, que degrada o ambiente natural.

Ao acrescentar a sustentabilidade ambiental à dimensão da sustentabilidade social, o conceito de desenvolvimento sustentável coloca um problema que deve ser abordado com escalas múltiplas de tempo e espaço, o que “desarruma a caixa de ferramentas do economista convencional”. A sustentabilidade “é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração atual e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (Sachs, 2004:15). As novas perspectivas de desenvolvimento propõem a integração no espaço e no tempo entre o individual, o social e o ambiental.

As Ciências Humanas e Sociais, originalmente apartadas das discussões referentes ao espectro ‘meio ambiente’, veem-se, a partir destas novas perspectivas de desenvolvimento, intrinsecamente implicadas na questão. Se por um lado já não se pode pensar em Desenvolvimento referindo-se apenas ao progresso desenfreado – o que nos leva a pensar no Desenvolvimento Sustentável – ao mesmo tempo não cabe mais no conceito de sustentabilidade apenas o propósito de proteção ambiental. Ao envolver a cultura, a participação social, a educação e a saúde, o conceito de Desenvolvimento se amplia em direção às Ciências Humanas e Sociais.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Relacionar a temática ambiental às questões como as de sustentabilidade nos mostra um caminho em direção a um desenvolvimento pautado no uso dos recursos naturais. Neste contexto, a psicologia e a sociologia têm muito a contribuir no embate metodológico e político, ao propor que o *desenvolvimento do homem* é o verdadeiro desenvolvimento.

Governança: Caminhos para novos desafios globais

A governança é um modo de resolução dos problemas que pressupõe uma ação coletiva, que é fundada na coordenação e na cooperação. Pode ser entendida como o conjunto dos mecanismos de gestão de um sistema social em vista de assegurar os objetivos comuns. Seus sistemas em níveis local, nacional e internacional são capazes de assegurar a participação das sociedades visando processos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade.

O Conceito foi gerado pela mundialização e pela globalização, pelos processos sócio-culturais e vinculado à cultura local. Assim, diante desta época que vivemos, de intensas transformações, é necessário que haja um equilíbrio, um exercício de governança na busca de soluções para os problemas e na conscientização de uma nova cultura, relacionada com preocupações de uma vida em comum.

Segundo Jacquet e Tubiana (2009), o termo de Governança é um neologismo útil porque trata de refletir a forma como a economia mundial é governada, e o termo usual de « governo » leva a uma conotação de centralização suscetível de afetar a compreensão. A Governança implica o conjunto de que faz parte os Estados, Organizações Internacionais, ONGs, empresas, etc. É um modo de resolução dos problemas que pressupõe uma ação coletiva, que é fundada na coordenação e na cooperação. (sem imposição). Os problemas ambientais são motivo de grande preocupação nas agendas internacionais. E, apesar de toda discussão sobre questões relativas, por exemplo, à mudança climática e à devastação das florestas tropicais, os problemas sócio-ambientais persistem e toda sociedade global é atingida





– sobretudo os países mais pobres e desiguais. Toda longa discussão em torno da sustentabilidade, da busca por alternativas de desenvolvimento também são de longa data. As Conferências internacionais datam da segunda metade do século XX e iniciaram-se com intuito de discutir e buscar alternativas para o processo de desenvolvimento. Elas propõem conceitos, diretrizes e ações com relação à questão ambiental. O desenrolar destes encontros nos mostram a importância que a questão ambiental vem tomando atualmente. O que não vemos são mudanças significativas nos modos de vida e nas sociedades.

Tanto a cultura, o social e o humano se tornaram essenciais num discurso ecológico como contraponto aos problemas graves que atravessamos de biodiversidade ou climáticos. É preciso encontrar formas de governança que se ajustem à especificidade das escolhas nacionais, mas que assegurem certa convergência entre as políticas. Uma governança que ouça a população, os agentes comunitários, os agentes nacionais e internacionais, ajustando os interesses e acontecimentos globais, as características das escolhas nacionais, assim como as peculiaridades locais.

A **ética da governança** pode vir a se consolidar quando as questões forem tratadas diante não só de uma análise macrossocial, que indicam as grandes tendências da globalização, mas, ao mesmo tempo, diante de uma percepção local. Este processo permite que projetos sejam traçados em acordo com uma realidade local, tendo a população local como parte, resultando, com isto, em uma alternativa de desenvolvimento que a Ecologia Social busca propor uma governança de fato. Precisamos buscar modos alternativos de vida, baseado em atitudes conscientes e não só ficar discutindo soluções para problemas derivados de nossas atitudes. Precisamos de modos mais criativos e inventivos de viver, de novas tecnologias, de novas formas de responder a sociedade. Precisamos ainda de paradigmas que valorizem a vida, a cultura, a natureza, as ideias e nossa enorme capacidade de criar, de





inventar. De sistemas de governo que, em níveis local, nacional e internacional sejam capazes de assegurar a participação das sociedades visando processos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade.

Referências bibliográficas

BRUNDTLAND, G. H. (1991) (coord.) **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.

JACQUET, P. ; TUBIANA, L. (2009) Des politiques publiques pour contruire um avenir durable. In: JACQUET, P., TUBIANA, L.; PACHAURI, R. (Orgs): **Des politiques , La gouvernance du Développement durable REGARDS sur la Terre 2009**, Paris: Sciences PO/Les Presses.

SACHS, I. (2004) **Desenvolvimento : includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro : Garamond.

SIMMEL, George. (1999) **Sociologie. Études sur les formes de la socialization**. Paris: P.U.F.

VITAE CIVILIS (2012) **Rio + 20: As informações essenciais**. 2ª Edição. Disponível em ambiente virtual.

3.2 – SÍNTESE DE RELATORIA DOS PAINÉIS

Neste item estão sistematizadas as sínteses dos temas debatidos nos cinco painéis durante o evento “Workshop Internacional Governança Ambiental, Biodiversidade e Cultura: uma reflexão para a Rio + 20”, que foram apresentadas e discutidas na sessão plenária do dia 10 de maio, como contribuição coletiva para a Rio+20 e como registro, a ser encaminhado às instâncias competentes para difusão e para compartilhamento dos resultados obtidos.





PAINEL 1

Dia: 08 de maio de 2012 | Horário: 9:00 h às 11:30h

Título do painel: “Balizamentos conceituais necessários”

Coordenador: Rodrigo Medeiros - UFRRJ e INCT-PPED/CNPq

Painelistas:

Andrea Calori (Itália, Politécnico de Milão);

Bernard Gautiez (França, Lyon 3);

Aurelie Druguet (França, Museu de História Natural de Paris);

Thomás Barros Matos (Portugal, Universidade Nova de Lisboa);

Abdul Carimo Ismael (Moçambique, Universidade de Lúrio).

Relatores:

Bruna Conti (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Carlos Alberto Mesquita (LAGEAM/PPGCAF/UFRRJ)

Marie Louise Beyssac (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Yara Valverde (LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ)

Marta de Azevedo Irving (INCT-PPED/CNPq, Programa Eicos/IP e do PPED/IE/UFRJ)

O objetivo do painel foi balizar os conceitos necessários para o debate sobre a temática do evento, a partir do olhar de pesquisadores de diversas origens e inserções. Partiu-se de uma reflexão sobre os avanços da humanidade (como as estações espaciais, os avanços na medicina e a confecção de micro chips, como exmplos) para os desafios ainda a serem superados no presente, como a fome e a miséria. Nesse sentido, o contexto em que vivemos

Realização:



Parcerias:



Apoio:





parece ainda retratar uma lógica perversa, já que ao mesmo tempo em que o homem consegue atingir o espaço, uma parte da humanidade não consegue ainda suprir suas mais básicas necessidades. Segundo dados da ONU de 1990 até 2007 ainda há milhões de pessoas subnutridas, o que evidencia um longo percurso para se alcançar as Metas do Milênio instituídas instituídas pela ONU em 2000 com o horizonte de 2015. Estes desafios permanecem também no que diz respeito à diminuição da taxa de mortalidade infantil, à diminuição da taxa de desmatamento florestal, apenas para citar alguns dos graves problemas a serem enfrentados no futuro.. Sendo assim, se nos campos da ciência e da tecnologia muito se avançou, nos campos social e cultural ainda há sérios problemas a serem equacionados.

As discussões sobre “Território”, “Desenvolvimento Local/Territorial” e “Governança” foram também recorrentes no painel ao se discutir os possíveis caminhos para a superação dos problemas identificados. A noção de governança foi debatida também a partir de uma interpretação territorial, baseada na capacidade de se descrever o lugar onde se vive para interpretá-lo. Nesse sentido, a noção de território precisa ser entendida como o resultado complexo das interações entre práticas sociais, identidades e atributos naturais. Além disso, esta noção se associa às relações existentes e sua expressão em um determinado lugar. Sociedades tradicionais cuidam de reproduzir a noção de patrimônio territorial, relacionado a bem estar, coesão social e bem comum. E apenas a partir da modernidade, os primeiros modelos de civilização não baseados nos territórios e atributos locais. A natureza passa então a ser vista como um recurso a ser consumido. Por esta razão, a gestão do território depende de como ele é interpretado.

Considerando sustentabilidade como a consciência do limite de crescimento, em relação ao padrão de consumo dos recursos, conclui-se que não são apenas políticas ambientais a principal necessidade para a solução dos problemas identificados e sim, pactos sociais (práticas, acordos, hábitos, etc.). Deste modo, uma nova representação social dos bens comuns é necessária para a reconstrução de um pacto social. Sendo assim, pensar em

Realização:



Parcerias:



Apoio:





desenvolvimento territorial é pensar em como as sociedades ou as civilizações entendem e interpretam o seu território. Cada sociedade tem o seu próprio processo de manejar e perceber seus territórios, bem como a forma de associação entre os aspectos naturais e culturais em seu cotidiano. E essas questões são fundamentais na discussão da noção de governança.

Ao se discutir o tema dos indicadores para avaliação do que poderia ser designado como “sustentabilidade” e “governança” faz-se então necessário o entendimento de que estes só tem sentido se validados e aplicáveis a um determinado lugar onde se vive, uma vez que dependerão das identidades envolvidas e da visão sobre o território. Questiona-se, portanto os processos frequentemente utilizados para a escolha de indicadores com este objetivo e parece ser consensual entre os pesquisadores envolvidos que o nível local neste debate é de suma importância no processo. A participação social no processo, sendo assim, poderá contribuir para uma concepção distinta destes indicadores, uma vez que o ambiente é utilizado, percebido e transformado de formas diferentes pelos diferentes grupos humanos. Além disso, esse processo gera responsabilização/empoderamento dos atores sociais pelo sentido de gestão dos bens comuns. Para o processo de governança democrática, o desafio parece ser conectar o sentido da vida diária das pessoas aos indicadores academicamente qualificados e formalmente estabelecidos para avaliar governança e sustentabilidade.

Mas para que essa redefinição de indicadores seja possível, é necessário que todos os atores possuam o mesmo nível de conhecimento e a mesma capacidade de entendimento dos dados e informações sobre os indicadores. O conhecimento assimétrico entre os atores tende a ser um problema para a construção de um sentido integrado de governança.

Mas não se pode ignorar que a compartimentalização dos sistemas administrativos e de conhecimento dificulta uma abordagem crítica mais integrada, sendo este o maior desafio para a construção de governança. Além disso, a dicotomização entre territórios rurais e urbanos constitui um outro problema a ser enfrentado. Esses territórios precisam ser pensados

Realização:



Parcerias:



Apoio:





na relação de uns com os outros, e deve-se ultrapassar a mera discussão sobre “cidades” para uma discussão mais complexa sobre “territórios urbanos”.

Foi mencionado que assiste-se, há alguns anos, o rápido desenvolvimento das periferias das cidades francesas e a aglomeração de periferias de diversas cidades. Esse modo de urbanização é muito estudado mas são poucos pesquisadores que trabalham sobre os seus impactos globais sobre o ambiente, a partir de uma visão do que acontece no território urbano. Vivencia-se, cada vez mais, a redução de terras agrícolas, o desperdício de espaços, a poluição, a pressão crescente sobre a água, o consumo de água e de energia elevados e a destruição de paisagens naturais e culturais. A biodiversidade vem sendo reduzida, sendo que isso acontece de forma recorrente nas grandes aglomerações, mesmo que de forma sutil. Porém, não vemos, no estado atual das coisas, medidas capazes de fazer frente a esses desafios que se transformam em problemas globais.

O caso das cidades européias inspira também a discussão. Nas leis francesas, por exemplo, o desafio seria cessar a expansão urbana, viabilizando o adensamento dos lugares já urbanizados. Cidades mais densas resultariam, em tese, em menor impacto, por sua menor dimensão. Porém, frear a ampliação das áreas urbanas contraria os interesses dos proprietários de terra, interessados na valorização do seu patrimônio, em decorrência da ampliação do processo de urbanização. Do ponto de vista de uma perspectiva futura é preciso compreender que o embate central do desenvolvimento se relaciona à dimensão das cidades, mas ainda há poucos dados e estudos que subsidiem algumas das hipóteses envolvidas. As zonas periféricas das concentrações urbanas atuais, por exemplo, são pouco estudadas e pouco compreendidas em sua complexidade.

No painel, o caso de Portugal foi também mencionado de forma mais detalhada, no que diz respeito ao planejamento, gestão e avaliação da sustentabilidade em relação às áreas protegidas. Portugal tem 34% de áreas agrícolas e 38% de áreas florestais. Mas os territórios artificializados tiveram um incremento de cerca de 40% nos últimos anos, em detrimento das



Parcerias:



Apoio:





áreas protegidas. Esse crescimento se efetiva, prioritariamente, no litoral. Ainda assim, 22% do território português estão em áreas protegidas.

O principal problema apontado nesta discussão diz respeito à implementação das ações planejadas. Há um grave problema de articulação entre os diferentes instrumentos de ordenamento territorial e de planejamento ambiental, além da ausência de políticas de planejamento e gestão territorial eficazes. Diante desse quadro, se constata a necessidade de envolvimento de todas as partes interessadas. Para ilustrar este compromisso, a metodologia de “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável” foi apresentada como um caminho possível para esse envolvimento. Dois casos de aplicação dessa metodologia foram apresentados de forma breve: o da Área Marinha Protegida Professor Luis Saldanha e o da Região do Algarve. Mas para que o processo tenha sentido, os indicadores precisam ser definidos de maneira participativa e dinâmica e não podem ser simplesmente “importados” de um outro contexto.

A discussão sobre “conhecimento local” foi também um tópico de debate no painel através da discussão sobre o papel das populações locais e indígenas nos processos de construção de governança.

O conhecimento local, também associado no debate como conhecimento tradicional, é reconhecido como um conjunto complexo de práticas, representações, que são específicas para uma determinada população, em função das suas relações e dos significados que atribuem ao seu ambiente. No entanto, o termo “saber tradicional” não é claramente definido nos documentos internacionais, abrindo-se possibilidade para os seguintes questionamentos: Quais são esses saberes? Quais os direitos dos detentores desse saber?

O reconhecimento da importância dessa discussão está registrado no texto da CBD (1992). Mas ainda é preciso avançar na implementação das recomendações ali contidas. Um outro problema diz respeito à transmissão do conhecimento local e, sendo assim, é preciso repensar os métodos de ensinamento local com este objetivo. A língua local, por exemplo,

Realização:



Parcerias:



Apoio:





difícilmente é utilizada nas salas de aula. Isso porque se tende a depender de um reconhecimento acadêmico do saber local e dos métodos locais de educação.

Uma outra questão importante diz respeito ao reconhecimento dos direitos indígenas. Se na Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, é garantido a esses povos o direito coletivo de explorar os recursos naturais, o direito de pleitear suas terras ancestrais, a necessidade de consulta a esses grupos, a necessidade de estudos de impactos sociais, e a necessidade de compensação e repartição de benefícios, no texto do Protocolo de Nagoya, essas responsabilidades recaem sobre os estados nacionais e não há garantias de que os povos indígenas irão receber uma parte justa dos benefícios a eles devidos. Esse é o exemplo de um grande desafio a ser enfrentado para os processos de governança local. Se o texto da CBD estabelece a possibilidade de haver acordos entre comunidades locais e empresas privadas, por exemplo, fica a seguinte pergunta: Quem pode representar o grupo local e solicitar a propriedade intelectual de determinadas práticas e saberes?

Diante desse contexto, ainda existem muitas lacunas para o sentido de governança. Um outro exemplo discutido se refere ao caso de sobreposição de terras indígenas com áreas protegidas, também fonte recorrente de conflitos. Mas pode-se afirmar que há grandes progressos no que tange ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais, mas ainda há muita incerteza, na operacionalização dos compromissos assumidos. Existe ainda a necessidade de definição mais acurada, principalmente nos documentos de políticas públicas, de termos como território, comunidade local, direitos locais, saberes, etc..

Com base nestes tópicos de reflexão, ao final do painel foi apresentado o caso da África, e mais especificamente de Moçambique, onde se encontram importantes riquezas minerais (carvão, níquel, energia) que alimentam o desenvolvimento mundial e, onde uma das questões centrais do desenvolvimento se refere ao combate à pobreza absoluta. E embora o principal discurso político hoje se refira ao combate da pobreza, em países como Moçambique



Parcerias:



Apoio:





ocorrem diversos investimentos estrangeiros centrados em outros interesses. Sendo assim, o discurso não deveria ser de combate à pobreza, porque eles não são pobres, a questão é outra.

Mas para que ocorra mudança o ponto de partida deve ser a educação, para que se busque um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Um bom exemplo citado de iniciativas com este objetivo é a própria Universidade de Lúrio, a primeira a se instalar no norte do país, que tem como foco os potenciais sociais e econômicos de desenvolvimento local. Mas o governo local nem sempre procura a academia para conhecer e analisar as situações em curso, para subsidiar suas decisões. No entanto parece evidente ser necessário que os acadêmicos unam forças com este objetivo. Do contrário, se estará falando de um “retrocesso (in)sustentável”.

O Índice de Felicidade Bruta (FIB), adotado no Butão, foi a base de inspiração para o início dos debates entre painelistas e p público presente. Apesar de tratar-se de uma iniciativa inovadora e que reflete a necessidade de se repensar os meios de avaliação de desenvolvimento, este está ainda pautado em informações altamente subjetivas e de difícil aquisição. Além disso, é preciso que se considere o sistema econômico no qual vivemos que tem uma forma de expressão formal e objetiva. Assim, este é um debate em aberto..

Uma outra questão bastante debatida na ocasião diz respeito à participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão. O grande problema é que no âmbito local os representantes de determinados grupos sociais nem sempre possuem a legitimidade necessária para representar os seus grupos de origem e este é um tema recorrente na discussão sobre governança. Isto porque a interlocução de determinados grupos é normalmente assumida por lideranças que se destacam politicamente ou por ONG's, que nem sempre conseguem traduzir as necessidades e expectativas da população que buscam proteger. E ainda, será necessário “ porta vozes” se há empoderamento social?.

Se mencionou no debate que, em alguns casos os conselhos (como os conselhos das unidades de conservação, por exemplo) podem ser apenas instancias formais, e em alguns





casos, sistemas muito rígidos ou formais para a promoção de participação social podem ser inibidores da participação efetiva dos grupos envolvidos.

Sendo assim, parece recomendável a institucionalização de processos de monitoramento que incluam indicadores consolidados e concebidos pelos diferentes atores envolvidos e não apenas indicadores formatados por “especialistas”. Esta deve ser portanto uma criação coletiva.

Nesse sentido, é preciso reforçar os sistemas de difusão do conhecimento. É preciso investir na “democracia da informação”. E na perspectiva de sustentabilidade haverá inevitavelmente uma lacuna em representatividade. E nem sempre o problema será “empoderar” mas sim construir capacidade de participação e influência política. É portanto necessária uma nova cultura de participação social.

PAINEL 2

Dia: 08/05/2012 | Horário: 14:00h às 17:30 h

Título do painel: “Desafios para a pesquisa”

Coordenadora: Marta de Azevedo Irving – INCT-PPED/CNPq Programa EICOS\IP e PPED\IE\UFRJ

Painelistas:

Denise Tarin - Ministério Público do Estado do RJ

Fabio Scarano - Conservação Internacional

Xosé Solla - Universidade de Santiago de Compostela (Espanha)

Philippe Marie Lena - MNHN-IRD (França)

Relatores:

Elizabeth Oliveira (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED)





Heloisa Ayres (Programa Eicos/IP/UFRJ)

Marta de Azevedo Irving (INCT-PPED/CNPq, Programa Eicos/IP e do PPED/IE/UFRJ)

Desde 1992, quando lideranças políticas e outros segmentos sociais estiveram reunidos no Rio de Janeiro para a realização da RIO-92, muita coisa mudou, globalmente. Apesar de vários acordos diplomáticos firmados nas últimas duas décadas, parece haver uma clara percepção de que os avanços verificados no campo ambiental foram insuficientes para evitar o processo acelerado de degradação dos ecossistemas que, por sua vez, se fundamenta no uso insustentável dos recursos naturais para a manutenção de padrões equivocados de produção e consumo. A agenda ambiental, embora tenha alcançado mais evidência nos últimos anos, permanece ainda em um contexto periférico nos debates, não obtendo, ainda, o status necessário, em termos de produção de pesquisa científica e decisão política.

Além dos efeitos da crise econômica agravada nos últimos anos, parece haver um claro reconhecimento de que o mundo enfrenta uma crise ambiental, sem precedentes, que só tende a se agravar, caso persista o atual modelo de desenvolvimento econômico. Esse, por sua vez, se fundamenta na lógica do consumo indiscriminado de bens e serviços que, impulsionam a exploração acelerada de recursos naturais, incluindo a terra para expansão agropecuária, água, energia, minerais, entre outros para alimentar essa engrenagem ilimitada. Por outro lado, percebe-se, também, que os avanços econômicos verificados nas últimas duas décadas, embora pautados pelos elevados índices de produção e consumo, não contribuíram para solucionar o processo de desigualdade social, da mesma forma que não foram capazes de reduzir os impactos ambientais resultantes desses modos de vida e de utilização predatória da natureza.

Diante da constatação destes cenários preocupantes, em escala global, inúmeras questões emergem no debate: O que está errado? Se a pegada ecológica em nível mundial só

Realização:



Parcerias:



Apoio:





crece e se o atual paradigma econômico parece necessitar de reformas urgentes, porque a agenda ambiental ainda não foi elevada ao topo dos debates e das decisões globais? Esta problemática, segundo os painelistas, parece refletir uma crise civilizatória que exige novas decisões do poder público, da academia, do terceiro setor, das empresas e de outros segmentos sociais, considerados estratégicos para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

A julgar pelos atuais níveis de crescimento do consumo de alimentos e de recursos minerais, como o petróleo (cujas reservas globais estão entrando em declínio), bem como pelo ritmo lento de implementação de fontes energéticas alternativas, tais como a solar e a eólica, os painelistas entendem que a sociedade enfrentará inúmeras tensões futuras. Os riscos crescem, ainda mais, em cenários de mudanças climáticas, fenômeno fortemente influenciado pelos padrões de produção e consumo, baseados na queima de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão. Mas como a pesquisa científica deve se posicionar diante desses e de outros desafios? Como construir novas rotas de desenvolvimento que sejam capazes de promover o desenvolvimento humano, reduzir as desigualdades sociais e assegurar recursos naturais para as atuais e futuras gerações? Como gerar e compartilhar conhecimento diante desses e de outros dilemas humanos? Como construir uma nova ética na pesquisa e para fins de decisões políticas? Essas são consideradas questões centrais para reorientar o debate da produção científica, pela qual, pesquisadores e cidadãos devem repensar os seus papéis como protagonistas de uma nova sociedade.

Em um painel diverso, envolvendo profissionais que têm longa trajetória relacionada aos temas debatidos foi discutida, ainda, a importância de se resgatar o significado de cultura, fortemente imbricado na discussão da relação sociedade-natureza, mas nem sempre considerado como tema central de debate. Para os painelistas, dificilmente os temas Biodiversidade, Cultura e Sociedade aparecem de maneira integrada e com a complexidade necessária, sobretudo, nas discussões sobre governança ambiental.





Em vista dos cenários de profundas contradições que colocam em xeque o atual modelo de desenvolvimento, os painelistas consideram imprescindível investir em reflexões profundas que contribuam para uma reforma civilizatória, na perspectiva da sustentabilidade advogada por Edgar Morin, cujo pensamento está centrado na noção de “comunidade de destino”, através da qual todos estão irremediavelmente conectados. Essa inspiração no filósofo e sociólogo francês contribui para lançar um novo olhar sobre a perspectiva de uma sociedade armadilhada por dilemas.

Nesse contexto, embora não haja respostas para muitos dos questionamentos, parece haver uma percepção clara de que a noção de conhecimento não pode mais ser construída da mesma forma. É preciso avançar em mais estudos interdisciplinares, uma vez que as pesquisas influenciadas pelo modelo clássico de desenvolvimento científico, centrado na perspectiva disciplinar, só tende a reforçar a visão fragmentada da realidade. Da mesma forma, compreende-se que é preciso integrar conhecimento científico e tradicional. Mas, como delinear parcerias e como fortalecer o compromisso da pesquisa para que ela possa atender às novas demandas da sociedade em crise? Qual o nível de comprometimento da academia com a democratização desse conhecimento? Essas são questões que precisam ser ainda mais discutidas e repensadas no âmbito da pesquisa acadêmica.

No contexto de um debate voltado para a busca de soluções destinadas a atender às novas demandas sociais relacionadas à questão ambiental, o caso da APA Petrópolis, no Rio de Janeiro, foi apresentado como uma experiência bem sucedida de gestão ambiental que estimulou a realização de pesquisas científicas, com o intuito de encontrar respostas para as questões locais. Um dos delineamentos adotados neste caso foi buscar valorar os danos ambientais na área e investir na busca de soluções qualificadas para saná-los. Neste caso, o Ministério Público estadual teve papel central na articulação dessas decisões que envolveram a academia e também a sociedade civil local.





No plano do modelo de geração de conhecimento e da pesquisa no caso brasileiro, nos debates foi discutido o atual modelo de financiamento à pesquisa, reconhecido como problemático, uma vez que são incipientes as verbas públicas destinadas para este fim e o uso de financiamento do setor privado não é considerado ideal, já que pode comprometer a credibilidade e a confiabilidade de alguns dos resultados alcançados. Também foram mencionados problemas de casos onde podem ter ocorrido desvios de verbas envolvendo recursos destinados a determinadas pesquisas científicas, também uma questão considerada desafiadora pelos especialistas debatedores no âmbito do planejamento da pesquisa, no futuro. Um outro aspecto levantado se refere aos limitados esforços da academia com relação ao compartilhamento de resultados de pesquisa com a sociedade. Entende-se que devem ser buscadas formas de superação das dificuldades para a difusão de informação sobre os temas pesquisados para que sejam alcançados os avanços esperados. Nesse sentido foi mencionada o que poderia ser designada como “crise de generosidade” científica, que reflete justamente essa realidade pautada pelo distanciamento entre a academia e a sociedade. Nesse sentido, a pesquisa deixa de cumprir uma grande missão de transformação social.

No caso brasileiro parece haver uma percepção clara de que o país vive um cenário de profundas contradições: Por um lado, está bem posicionado como um país que detém grande parte dos recursos naturais mundiais, incluindo cerca de 20% da biodiversidade global e 13% das reservas de água doce, além de despontar entre os líderes globais no debate sobre o delineamento de um novo modelo de desenvolvimento. O país também avança no campo acadêmico, ocupando a 10ª posição mundial em produção científica.

No entanto, o Brasil ainda pode ser considerado um “país pobre” em utilização do conhecimento científico para a tomada de decisões. Um exemplo claro dessa realidade foi o fato da opinião dos cientistas brasileiros envolvidos na discussão da reforma do Código Florestal ter sido, praticamente, ignorada pelos legisladores e representantes do governo. Foi mencionado no painel que foi negligenciado o posicionamento contrário manifestado pela



Parcerias:



Apoio:





Academia Brasileira de Ciência e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Nesse sentido, outros questionamentos foram também levantados: Como avançar em relação a esse tipo de dilema? Como melhorar a interface entre a ciência e a política que ainda é reconhecida como uma questão complexa, principalmente, pela dificuldade de comunicação entre a academia, os órgãos governamentais e a sociedade, em geral?

Além disso, como conciliar o tempo dedicado à pesquisa científica, que geralmente envolve estudos de longo prazo, com as urgências da agenda ambiental? Os painelistas entendem que é preciso “romper os muros acadêmicos”, na formação de mestres, doutores e outros profissionais para que eles consigam, cada vez mais, compartilhar conhecimento com a sociedade e aplicar os conceitos aprendidos na prática, sobretudo, do universo empresarial e do movimento social.

Em nível de pós-graduação uma questão problemática mencionada pelos painelistas foi a carência de estudos a partir de temas transversais às disciplinas convencionais. Um exemplo citado foi o de carência de pesquisas com enfoque na pobreza e sua relação com a proteção da biodiversidade. Nesse sentido, parece essencial identificar novas formas de desenvolvimento científico com base no entendimento da realidade local e, a partir dessa concepção, a construção de novas teorias e metodologias. Ampliar as oportunidades de diálogo entre cientistas e a sociedade constitui uma demanda considerada cada vez mais urgente e tão prioritária quanto o aumento dos investimentos na formação de cientistas, uma vez que somente os países que têm investido fortemente em educação, ciência e tecnologia, vêm encontrando respostas mais adequadas para seus principais desafios.

Tendo estes tópicos como inspiração, o painel assinala ser preciso desenvolver propostas inovadoras capazes de debater novas concepções de desenvolvimento, com ênfase na busca de equilíbrio entre os pilares econômico, ambiental e social e político. Para isso, o desenvolvimento da pesquisa científica engajada tende a ser essencial. Nesse sentido, algumas sugestões emergiram do painel:





- . Que os recursos do Fundo de Compensação Ambiental sejam utilizados para financiar pesquisa científica e para promover novas formas de desenvolvimento com base no conceito de sustentabilidade;
- . Que sejam promovidas novas oportunidade de diálogo entre os cientistas e as populações locais nas áreas onde a pesquisa se desenvolve;
- . Que a ciência, no caso brasileiro e em âmbito global, seja construída a partir de novas bases e que consiga não somente identificar novas demandas da sociedade, mas buscar respostas para questões desafiadoras que atualmente ainda não encontram espaço ou não despertam interesse na academia, centrada em uma perspectiva disciplinar e fragmentada de produção de conhecimento. Assim, é preciso pensar em um novo modelo de conhecimento científico que seja capaz de superar as barreiras impostas pelo estudo disciplinar que resulta em respostas e ações superficiais, fragmentadas ou desconectadas da realidade. Entende-se que a necessária transversalidade é de grande relevância para uma adequada governança ambiental;
- . Na busca de inovação científica no campo ambiental uma alternativa importante seria a construção de novas metodologias capazes de integrar aspectos objetivos e subjetivos de processo. Uma sugestão, nesse sentido, seria investir em estudos comparativos sobre a eficiência da gestão entre áreas protegidas com gestão padronizada e centralizada no Poder Público e outras sem proteção oficial, mas com o engajamento efetivos dos grupos locais e outros estudos semelhantes;
- . Diante da falta de um marco regulatório relacionado às energias renováveis e à urgência de soluções tecnológicas com base em fontes energéticas mais limpas, a academia precisa contribuir para a discussão dessa temática central do desenvolvimento, no presente e no futuro;
- . O discurso sobre as mudanças climáticas, internalizado com muita preocupação em todo o mundo precisa ser reconstruído da lógica do risco e da catástrofe àquela das oportunidades. Já se fala abertamente sobre novos caminhos que serão abertos pelo Ártico que, por sua vez,

Realização:



Parcerias:



Apoio:





favorecerão as novas rotas marítimas. Especula-se, ainda, sobre as perspectivas de exploração do petróleo que muito provavelmente existe nestas áreas hoje congeladas, o que contribuiria para prorrogar o tempo de da economia centrada em combustíveis fósseis. Mas até que ponto a academia aceita este novo discurso? São ainda necessários inumeros estudos que possam apontar para reais soluções de superação do modelo econômico centrado na exploração e uso de combustíveis fósseis. Mas em qualquer hipótese, a pesquisa precisa inovar e ser mais audaciosa pois as crises ambiental e ética do desenvolvimento exigem novos caminhos para a ciencia.

PAINEL 3

Dia: 09/05/2012 | Horário: 09:00h às 12:30 h

Título do painel: “Desafios para as políticas públicas”

Coordenadora: Estela Neves – INCT-PPED/CNPq e PPED\IE\UFRJ

Painelistas:

Felipe Toreli - IPHAN

Ana Cristina - The Nature Conservancy (TNC)

Carlos Minc - Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro

Jean-Pierre Briot - CNRS-Brasil

Relatores:

Erika Fernandes Pinto (Programa Eicos/IP/UFRJ)

Gustavo Melo (Programa Eicos/IP/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Marie Louise Beyssac ((Programa Eicos/IP/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Marta de Azevedo Irving (Programa Eicos/IP e INCT-PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

O painel foi formado por profissionais com longa trajetória relacionada aos temas debatidos - envolvendo universidade, setor público governamental e organizações da sociedade civil, o debate foi rico e diversificado.

Na abertura do Painel, foi destacado que a construção de governança está entre os principais desafios para a implementação de políticas públicas na atualidade, sendo este um tema vasto e complexo. Embora a legislação de todo o mundo venha incorporando a noção de governança em suas revisões e atualizações, e isso acontece também no caso brasileiro, como na discussão do código florestal e na lei de crimes ambientais, ainda que de forma incipiente, um desafio central para as políticas públicas parece ser atrelar a pesquisa científica a estes processos e compreender a relação intrínseca entre a biodiversidade e cultura.

Para que o debate sobre cultura se consolide na perspectiva ambiental e de desenvolvimento, no início do painel foi apresentada uma retrospectiva histórica de como o conceito de patrimônio cultural se originou, como foi sendo construído e incorporado a outras políticas públicas, como as ambientais, de saúde, recursos hídricos, saneamento, ordenamento territorial, entre outras. Este resgate histórico parece ser relevante para se compreender como o conceito de patrimônio vai se consolidando no caso brasileiro tanto no âmbito das políticas culturais como ambientais.

No painel foi mencionado que o Brasil, no início do século XX, era essencialmente agrário e que à época não havia ainda a noção de preservação do patrimônio cultural. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um marco para a questão cultural do país, ao congregar uma gama expressiva dos artistas e pensadores brasileiros. Neste caso, a obra de Oswald de Andrade e seu manifesto antropofágico representou um marco no início da construção de uma cultura genuinamente brasileira. E, no âmbito da revolução de 1930, merecem destaque a





criação dos primeiros museus nacionais, a criação do IPHAN enquanto órgão do governo responsável por esse patrimônio, os primeiros tombamentos e as primeiras expedições voltadas para a identificação e registro de bens culturais.

Foram lembrados no processo os nomes de Mario de Andrade, Lúcio Costa e Aloísio Magalhães. Como marco deste período, em 1933, acontece o tombamento da cidade de Ouro Preto como Patrimônio da Humanidade. E, além disso, o reconhecimento da arte barroca como patrimônio advindo da herança do período colonial e de seus artistas, que frequentemente não possuíam conhecimento formal. E ainda nos anos 30 e 40, incorpora-se a noção de patrimônio às manifestações das classes populares, como o Maracatu, o Reizado, entre outras.

Nos anos 60, a noção de patrimônio amplia-se também ao "saber fazer", às técnicas de produção e ao conhecimento a elas associado. E, além disso, incorpora-se também no processo a noção de patrimônio natural, e não apenas patrimônio material/construído pelas sociedades humanas.

E apesar da maioria de bens tombados estar na Europa, este cenário vem se transformando nos últimos anos, com o aumento dos bens tombados em outras regiões e países do globo. No contexto brasileiro, o Rio de Janeiro é hoje a cidade brasileira que mais possui bens tombados no país, não obstante isso não seja perceptível para a sociedade em geral, reforçando-se a importância da articulação das políticas de patrimônio à gestão pública das cidades nas quais estes estão inseridos.

Um outro tema polêmico trazido para a discussão foi a questão da pobreza que, se em certos casos exerce influência positiva na preservação de patrimônio em outros tende a ser um dificultador para a sua proteção. Nesta caso, ressaltou-se também a importância de, no tripé Economia - Sociedade - Ambiente, se inserir a dimensão cultural, não como mais um elemento da equação formal do desenvolvimento, mas como um pilar para se pensar os demais.





Em continuidade ao debate proposto no painel, foi discutida a construção de políticas públicas ambientais e a necessidade de sua interlocução permanente com os demais setores da sociedade. Para tal, foi discutido que os interlocutores e militantes da agenda ambiental deveriam compreender que não vivem isoladamente e que todos precisam de transporte, de energia e outros serviços. E, sendo assim, a melhor solução é sempre o produto de um processo de negociação. Este tipo de debate e de negociação necessária foi exemplificado no caso dos embates recentes com relação à reforma do Código Florestal no Brasil. O fato é que o processo de negociação compõe o script democrático quaisquer que sejam os interesses envolvidos e talvez seja um equívoco posições radicais quando inúmeros interesses estão em jogo.

A integração entre unidades da federação na elaboração de políticas permanece também como importante desafio, tendo em vista a necessidade de melhor e crescente articulação entre as esferas federal, estadual e municipal da gestão pública diante da complexidade dos desafios envolvidos. A descentralização de poder e das decisões constitui um outro ponto central em políticas públicas. O Brasil já vem descentralizando inúmeros aspectos da gestão pública, especialmente na saúde, na educação, saneamento, entre outros, e este parece ser um caminho essencial no futuro..

Um tema chave do painel foi também o papel da sociedade civil organizada na construção e implementação de políticas públicas, através da ação das ONGs. Entretanto, se discutiu a necessidade de uma avaliação mais criteriosa e ética das possibilidades e limites deste papel. Alguns casos foram mencionados para ilustrar o debate, Um deles, o do Governo do Acre, o primeiro autodenominado “governo da floresta”, quando muitos interlocutores oriundos de ONGs foram contratados para atuar no poder público. E, se por um lado isso trouxe benefícios, por outro, gerou um enfraquecimento da crítica ao governo, papel fundamentalmente exercido pela sociedade civil. Processo semelhante foi registrado na primeira gestão do Governo Lula no Ministério do Meio Ambiente (MMA), o que esvaziou a

Realização:



Parcerias:



Apoio:





crítica da sociedade civil e, em alguns casos, gerou desconforto em termos éticos de competências e papéis entre o que é a gestão pública e o movimento social.

Destacou-se ainda o processo de partidização do movimento ambientalista, exemplificado com a última campanha presidencial da ex-ministra de Meio Ambiente, Marina Silva, muitas vezes com consequências problemáticas gerando inclusive retrocessos e/ou embates no âmbito político.

Segundo algumas opiniões expressas no painel, as políticas ambientais, parecem estar em “déficit” pois tendem estar frequentemente aquém ou em atraso às demandas da sociedade. Assim, estabelecer as regras do jogo é fundamental, mas isso apenas não parece ser suficiente. É necessário construir capacidades operacionais - técnicas e de recursos - para a implementação dessas políticas.

Um outro tema central debatido foi o desafio para a participação dos diferentes setores da sociedade na formulação e execução das políticas públicas de proteção da natureza. Neste contexto, destacou-se a importância de serem desenvolvidas, no âmbito da gestão das áreas protegidas e das demais políticas ambientais, tecnologias sociais associadas aos processos participativos que possam a partir de uma perspectiva lúdica informar e viabilizar o debate e a negociação.

Foi também destacada a importância dos conselhos de gestão como o principal mecanismo de participação social na gestão das áreas protegidas e, por esta razão, a importância do desenvolvimento de técnicas e ferramentas participativas capazes de contribuir com modelos alternativos à lógica tradicional da gestão destas áreas, historicamente associada a uma dinâmica de tomada de decisão “top down”. Assim, as técnicas e ferramentas participativas devem ser capazes de contribuir, efetivamente, no sentido de integrar os conhecimentos dos diversos setores da sociedade para a tomada de decisão em apoio ao processo de construção de governança democrática. E, para tal, foi ressaltada a importância da integração dos diferentes campos do conhecimento no âmbito da pesquisa.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Ressaltou-se ainda a importância dos projetos de pesquisa multidisciplinares para o desenvolvimento de tecnologias sociais associadas à gestão da natureza - projetos que possam contribuir, de fato, para a democratização da gestão no âmbito das políticas públicas ambientais.

O painel permitiu também a contextualização do panorama das políticas públicas relacionadas à proteção da natureza nas diferentes esferas governamentais, tendo como ênfase as atuais políticas do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Neste caso foi destacada a posição de liderança do Brasil dentre os países que se propuseram a reduzir emissões de gás carbono e também no fórum dos países megadiversos. Por essa razão, dentre outros aspectos, o país vem se destacando como liderança no cenário global, em função das suas políticas relacionadas ao controle do acesso e pagamento pelos uso do patrimônio natural e genético.

Na esfera das políticas estaduais, foi mencionado que o Rio de Janeiro é o estado que mais recebe investimentos e o que menos desmata o Bioma Mata Atlântica. Nesta lógica, o Estado do Rio de Janeiro que no momento atrai investimentos públicos e privados consideráveis para o desenvolvimento econômico, pode também assegurar uma boa política de proteção da biodiversidade. Algumas ações foram fundamentais para isso, a saber: a publicação de uma lei que garante o repasse de recursos para as prefeituras, no caso destas se comprometerem com o tratamento de lixo e esgoto, a Lei do ICMS Ecológico - que contribuiu para que nos últimos 3 anos se dobrasse a área de UC's municipais, de cerca de 105 mil hectares pra 220 mil, além de ter estimulado a desativação, por parte dos poderes municipais, de 70 "lixões" existentes nos municípios.

Com respeito ao financiamento e gestão de recursos financeiros relacionados à conservação da natureza no Estado do Rio de Janeiro, destacou-se a importância da criação do Fundo da Mata Atlântica, cujos recursos são oriundos de compensações ambientais, e que representam um investimento de cerca de 30 a 40 milhões de reais por ano. Além disso, foi mencionado que, além das compensações ambientais, o governo do Estado está



Parcerias:



Apoio:





desenvolvendo o condicionante ambiental, que representa uma forma de incentivar os empreendimentos a serem licenciados no Estado, para que apoiem os programas de preservação da biodiversidade em curso, inclusive prevendo que em alguns casos, estas empresas se responsabilizem financeiramente, por unidades de conservação.

Em relação à Rio +20, parece ser consenso que os principais problemas ambientais não foram resolvidos e, com a crise econômica atual, os valores que poderiam ser aplicados em tecnologias limpas no Brasil estão sendo destinados a apoiar os países em crise, no âmbito da União Europeia. Mas ainda assim não se pode prescindir da discussão sobre economia verde, como alternativa para se prever instrumentos econômicos capazes de contribuir para a redução de impactos ambientais.

Na fase dos debates, foram levantados questionamentos e inquietações com relação a temas específicos como a estratégia para a preservação de espécies ameaçadas, as novas propostas de governança ambiental (comitês de bacia, entre outras); a necessidade de resgate de vínculos entre sociedade civil, academia e instituições governamentais para a construção de governança ambiental e, a importância de abordagem interdisciplinar e transversal diante da multiplicidade de atores, interesses e conflitos associados aos temas em debate.

No debate se considerou também fundamental, nas políticas públicas, a adoção de novos parâmetros, como o conceito de Paisagem Cultural, no qual se propõe a construção de estratégias pactuadas de preservação, que possibilitem abranger as identidades e especificidades de uma determinada região, na perspectiva de integração entre cultura, economia, saúde, educação e ambiente. Advogou-se assim a adoção da noção do conceito de paisagem, o qual permite uma abordagem mais interdisciplinar e integrada da realidade, fundamental para que as políticas públicas possam romper as barreiras das diferentes disciplinas e da aplicação de políticas em esferas de decisão não integradas.

Foi mencionada também a necessidade de se reforçar as instâncias de governança local construídas para a gestão das Unidades de Conservação, ressaltando como exigência



Parcerias:



Apoio:





fundamental, o compartilhamento de informações técnicas, a necessidade de integração entre as propostas de preservação de espécies com a proteção de seus habitats, em harmonia com as populações humanas que convivem nestes espaços. Foi enfatizada também a importância da sensibilização das populações locais no processo, o que implica levar a público informações qualificadas sobre problemas e soluções com relação a determinado tema mas também a legislação pertinente atualizada. Foi citada a campanha de proteção à fauna do Estado do Rio de Janeiro, tendo como estratégia a identificação de dez “animais-símbolo”, relacionados a seus habitats e às práticas que os têm ameaçado, para sensibilizar a sociedade para o processo. Foi ressaltada também a importância de criação de “empregos verdes”, com a consolidação de centros de visitação e a dinamização do turismo em áreas protegidas, de forma tornar os parques “vivos” e integrados às populações em suas áreas de inserção.

Quanto às parcerias entre os setores governamentais e as entidades de ensino e pesquisa, estas são consideradas fundamentais para o desenvolvimento das instâncias de governança ambiental no Brasil.

No âmbito das reflexões para a Rio+20, é preciso construir e implementar políticas públicas inovadoras capazes de articular desenvolvimento com proteção ambiental e ênfase na busca de equilíbrio entre os pilares econômico, ambiental e social, tendo os aspectos culturais como base de inspiração. Alguns desafios emergem neste contexto:

- . a valorização e fortalecimento de estratégias de governança, participação e inclusão social, bem como da pesquisa científica associada;
- . fortalecimento do elo entre biodiversidade e cultura, tendo como referencia os aspectos materiais e imateriais envolvidos e a internalização de novos conceitos integradores como paisagem cultural;
- a necessidade de negociação entre os diversos setores da sociedade, a integração entre as unidades da federação e descentralização da gestão pública;





o reforço do papel crítico da sociedade civil organizada na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas..

PAINEL 4

Data: 09 de maio de 2012 | Horário: 14:30h – 18:00h

Título do painel: Parcerias e inovações

Coordenador: Carlos Eduardo F. Young (INCT-PPED/CNPq PPED\IE\UFRJ)

Painelistas:

Alejandro Roig (REPSOL – Sinopec)

Afonso Nuno (ISMAT- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes- Grupo Lusófona (Portugal))

Valdir Siqueira (Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Angra)

Marcio Costa (Gerente de Meio Ambiente do BNDES)

Relatores:

Leandro Fontoura (LAGEAM/PPGCAF/UFRRJ)

Gustavo Simas (LAGEAM/PPGCAF/UFRRJ e INCT/PPED/CNPq)

Yara Valverde (PPGCAF/UFRRJ e INCT/PPED/CNPq)

Marta de Azevedo Irving (Programa Eicos/IP e PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

O objetivo do painel foi expor as possibilidades de parcerias e inovações, principalmente daquelas provenientes de iniciativa privada ou do terceiro setor. Neste sentido, as discussões, orbitaram em torno das experiências das empresas multinacionais em projetos que apoiavam a inserção das comunidades locais no empoderamento da cadeia produtiva e na

Realização:



Parcerias:



Apoio:





inserção da sociedade civil organizada na co-gestão de unidades de conservação. Contribuindo nas relevantes questões econômicas que envolvem estas atividades, buscou-se as experiências e projetos oriundos do BNDES, no intuito de encontrar propostas interessantes e inovadoras nas parcerias entre poder público e privado na gestão de áreas protegidas.

A responsabilidade social das empresas traduz-se no comprometimento dos empresários de adotar um compromisso ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, contribuindo para o aumento da qualidade de vida de seus empregados, da comunidade local e da sociedade como um todo. Essa concepção assume a ‘responsabilidade social’ como expressão de uma postura ética comprometida com o resgate da cidadania, assumindo uma posição de co-responsabilidade, na busca do bem-estar público.

Desta forma, pode-se afirmar que os empreendimentos, além de cumprir com o dever legal, devem também assumir compromissos socioambientais com o país e a cidade de atuação. Uma empresa não é uma ilha, ela é parte integrante do sistema social, onde seus impactos serão vivenciados por seus colaboradores e familiares. Assim, um empreendimento deve gerar frutos para toda a sociedade.

As empresas devem perceber seu compromisso moral no desenvolvimento social e ambiental do país. Esse compromisso auxilia no cumprimento da responsabilidade social da empresa, devendo assim, gerar ações que permitam ampliar a qualidade ambiental, independentemente da existência de benefícios fiscais.

Neste sentido, a política ambiental do BNDES foi anunciada, explicitando o compromisso formal com os princípios do desenvolvimento sustentável. As políticas operacionais foram alteradas com o objetivo de padronizar as condições especiais adotadas em operações envolvendo projetos, equipamentos e sistemas isolados destinados à preservação, conservação, controle e recuperação do meio ambiente.

Alguns setores econômicos do país precisam de estímulo para avançar nas metas e mudar o seu ritmo de atuação. Parte desse estímulo deve vir das universidades, do setor

Realização:



Parcerias:



Apoio:





financeiro e do governo, que devem contribuir na melhoria do sistema e do desempenho ambiental.

No que tange à recuperação de biomas, o BNDES criou uma linha de financiamento que atua com um fundo de investimento que promove o financiamento não reembolsável de projetos que atuam na restauração ambiental. Contudo, mesmo tendo muitos recursos eles não conseguem ser aplicados por falta de capacidade de gestão ou apresentação de projetos com a qualificação necessária, dando a impressão de que existe verba suficiente e que o problema está na baixa qualidade de apresentação das propostas.

Muitas destas propostas foram apresentadas na forma de parcerias entre o poder público e entidades privadas. Segundo a Lei 11.079/2004, as parcerias público-privadas são aplicáveis a modalidades de contratos de concessão de serviços públicos que não tenham auto sustentação, seja porque o fluxo de caixa é insuficiente e deve ser complementado por recursos de um parceiro público, seja porque é um serviço prestado ao Estado e não tem outra fonte de receita que não aquela representada pelo pagamento pelo ente público.

No Brasil, o projeto da parceria público-privada foi implementado em 2004. É uma forma de provisão de infraestruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos, que posteriormente são transferidos ao estado. O setor público torna-se parceiro na medida em que ele é comprador, no todo ou em parte, do serviço disponibilizado. O controle do contrato passa a ser por meio de indicadores relacionados ao desempenho na prestação do serviço, e não mais ao controle físico-financeiro.

Essas experiências já são realidade desde então, principalmente quando envolvem obras e grandes investimentos. Entretanto, na gestão e governança de unidades de conservação o tema é novo e passa pela implementação de experiências inéditas. Atualmente existem parcerias na forma de concessão de serviços, principalmente ligados ao turismo, mas a gestão continua em poder do Estado. As novas propostas giram em torno de um novo

Realização:



Parcerias:



Apoio:





modelo de governança, onde a iniciativa privada faria a gestão do território ao seu modo, ficando apenas a incumbência da fiscalização a cargo do Poder Público.

Baseado neste pressuposto legal, discutiu-se as possibilidades de parcerias entre organizações não governamentais e o governo do Estado, em propostas de gestão e governança de áreas protegidas. O caso explicitado foi o da Baía da Ilha Grande, que vem recebendo grandes investimentos na indústria e turismo, gerando oportunidades e ameaças ao território.

Mas segundo o painel, as medidas atuais não podem ser as mesmas do passado, ou seja, o discurso de empreendimentos gerando renda e imposto não é mais o ponto principal ou elemento único que justifica a atuação da indústria e serviços. Deve-se pensar nos aspectos sociais envolvidos no processo. O governo e os atores responsáveis pelas tomadas de decisão devem perceber que não é possível executar simultaneamente políticas com qualidade, sem que se dialogue com os diferentes setores, pensando mais coletivamente e menos individualmente.

Entre as vantagens desse novo sistema estariam a aceleração da disponibilização da infra-estrutura, maior eficiência na utilização dos recursos, geração de valor comercial, melhoria da qualidade do serviço, além do desejo do setor público em trabalhar e aproveitar os benefícios que o setor privado incorpora.

Na etapa dos debates, o público presente contribuiu com o painel com questionamentos, inquietações e desafios a serem equacionados pelos denominados projetos socioambientais, parcerias entre o poder público e o privado e experiências de gestão compartilhada em áreas protegidas.

Entre os principais questionamentos podem ser mencionados: O que fazer para acessar os recursos já que o problema não é a sua disponibilidade? Como ficaria a execução de um projeto em uma proposta de inovação da gestão e qual a garantia de continuidade nas políticas públicas com a mudança de governos?.





Com relação ao acesso à recursos, os debatedores acreditam que faltam projetos mas também os meios de acessar projetos. A falta de capacitação neste sentido cria um fluxo de pouca demanda que gera uma impressão de muitos recursos disponíveis, considerando o fato de que a dotação orçamentária do Ministério do Meio Ambiente está estagnada há mais de oito anos e se precisa refletir sobre esta limitação.

O debate sobre a execução da gestão com base em governança democrática estimulou o painel e foi discutido que a participação da sociedade no processo é ainda limitada e de baixa efetividade. Assim, o atual modelo de participação social não funciona como deveria. Dessa forma, parece essencial que se busque modelos inovadores para melhoria efetiva dos processos de gestão participativa. Para tanto, seria necessária a inserção de marcos regulatórios para a gestão, como por exemplo o pagamento por uso de recursos comuns. No que tange às garantias de continuidade das políticas públicas ficou claro que o poder publico ainda não vem estabelecendo uma parceria real com a sociedade, que permanece à espera de apoio governamental pára suprir as suas demandas. Assim, as situações insatisfatórias se perpetuam. Isto significa que é preciso romper esses paradigmas e contextualizar as necessidades coletivas para além do calendário político.

Com relação às possibilidades de parcerias e inovação é preciso construir uma agenda positiva, com metas objetivas. Enfrentar o problema de frente e trabalhar coletivamente na resolução desse problema. É necessário extrapolar a seara dos discursos e avançar nas práticas do desenvolvimento, com responsabilidades e metas. Com esse objetivo, o painel trouxe as seguintes reflexões e recomendações para a Rio + 20:

- . Recomenda-se a formação de grupos de interesse com relação às parcerias e novas formas de gestão de áreas protegidas que discutam as normas, marcos regulatórios ou referências de maneira mais abrangente;
- . Deve-se formar grupos qualificados que trabalhem e apoiem projetos em maior escala e com maior sinergia, entre a esfera privada, pública (em todas as suas esferas) e o terceiro setor;

Realização:



Parcerias:



Apoio:





. É necessária a participação de todos os setores na construção de projetos e esse deve ser um exercício contínuo e integrador, resgatando e adicionando idéias dos diferentes atores sociais, principalmente das populações autóctones, que são os maiores interessados e sofrem diretamente com as territorializações impostas por projetos exógenos.

PAINEL 5

Dia: 10/05/2012 | Horário: 9h00min às 10h30min

Título do painel: “Geração e difusão de conhecimento”

Coordenador: Alexandre D’Ávignon (PPED/IE/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Painelistas:

Luiz Lima (UNESCO – Brasil)

Bernard Gautiez (Université Jean Moulin Lyon 3)

Tania Barros Maciel (Programa EICOS/IP/UFRJ)

Moacyr Goes (Direção da TV Câmara do Município do RJ)

Relatores:

Cláudia Horta (Programa Eicos/IP/UFRJ e INCT-PPED/CNPq)

Inês Infante (LAGEAM/UFRRJ)

Elisabeth Machado Pinto (LAGEAM/PPGCAF/UFRRJ)

Marta de Azeedo Irving (INCT-PPED/CNPq, Programa Eicos/IP e do PPED/IE/UFRJ).

O painel fez um resgate do histórico de atuação da UNESCO, desde sua criação em 1945, cuja missão é contribuir para a consolidação da paz, erradicação de pobreza,

Realização:



Parcerias:



Apoio:





desenvolvimento sustentável, diálogo cultural, informação e valorização da cultura. Neste contexto, busca-se o apoio aos estados membros na construção de suas capacidades humanas e institucionais e na formulação de suas políticas de Ciência, Tecnologia, Informação e Governança, principalmente nos países em desenvolvimento. Neste âmbito são desenvolvidas várias ações especiais dirigidas às mudanças climáticas, biodiversidade, educação, cultura e diálogo entre as civilizações, além de outras. Neste sentido diversos programas foram criados em diferentes campos de atuação, visando o desenvolvimento da cooperação internacional, redes de geração e intercâmbio de conhecimentos e, pesquisa e tradução de informação técnica para a sociedade em geral..

O exercício de interdisciplinaridade da equipe envolvida não constitui um desafio simples de ser construído mas é essencial para a obtenção de resultados mais significativos, em busca da transdisciplinaridade. Os programas científicos internacionais da UNESCO congregam vários pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e há espaço na instituição para captação de recursos e investimentos com este objetivo. Alguns programas em desenvolvimento destacam-se, na atualidade: o de hidrologia, o Homem e a Biosfera, Ciências da Terra e Ciências Básicas. Para a instituição, o desafio do milênio é construir sociedades sustentáveis equitativas e inclusivas, nas quais cada cidadão se perceba como co-responsável para o processo da sustentabilidade. A grande necessidade neste caso é garantir a aplicação o conhecimento já adquirido.

Destaque foi dado no painel à falta de qualificação de recursos humanos para essas novas demandas da sociedade, o que leva, muitas vezes, à “folclorização” de alguns temas considerados estratégicos no plano do desenvolvimento. Assim, é fundamental uma nova concepção da pesquisa para a transformação social. Entre saber, tomar conhecimento e este se internalizar no plano da cultura, na relação das pessoas com a realidade, é necessário tempo e dialogo construtivo. Os pesquisadores precisam desenvolver um discurso fácil entendimento





pela sociedade. Críticas efetivas sobre as políticas públicas em implementação são também essenciais. A mídia, por sua vez, tende a propagar informações simplificadas demais, dificultando que as mesmas se integrem à uma perspectiva crítica na vida das pessoas. Assim, a qualificação da informação e sua tradução para a sociedade representa o grande desafio. É preciso qualificar o discurso da pesquisa e da mídia para que este tenha um sentido direto de realação com a vida das pessoas, seja entendido e tangível.

81

Esta não parece ser uma questão apenas de países em desenvolvimento. A questão da produção e da difusão do conhecimento na França, por exemplo, é também complexa e, muitas vezes, compartimentada entre os diversos segmentos envolvidos. O produtor de conhecimento, o pesquisador, precisa publicar em revistas indexadas para ser bem avaliado pelos órgãos de fomento e, com isso, a difusão do conhecimento para a sociedade é deixada em segundo plano, em detrimento das exigências formais do sistema de avaliação. Mas na Inglaterra, por exemplo, os cientistas escrevem livros para os leigos e esta ação é reconhecida pelos pares.

No painel foi também debatida uma outra ótica sobre o tema da “Geração e difusão de conhecimento”: o compromisso recorrente de tradução da informação para a sociedade com relação ao conceito de sustentabilidade. A noção de sustentabilidade como projeto ecológico conduz à formulação de dois pressupostos básicos envolvendo a concepção de ambiente e desenvolvimento: a) o sentido de ambiente não pode ser entendido como questão isolada mas sim como um dado associado à cultura de um grupo social, um processo de interação entre o sociocultural gerado pelo homem e a própria natureza; e b) não são mais possíveis ações ditas de desenvolvimento ou de preservação e/ou transformação do ambiente, dissociadas do homem e, por conseguinte, de sua dinâmica cultural. Assim há a necessidade de se pensar um novo modelo de desenvolvimento e de reaproveitamento dos recursos naturais. Ao agregar a noção de sustentabilidade ambiental à dimensão da sustentabilidade

Realização:



Parcerias:



Apoio:





social, o conceito de desenvolvimento sustentável coloca em evidência um problema a ser abordado em escalas múltiplas de tempo e espaço, o que “desarruma” a caixa de ferramentas do economista convencional. As novas perspectivas de desenvolvimento propõem a integração, no espaço e no tempo, entre o individual, o social e o ambiental. Neste contexto, a psicologia e a sociologia tem muito a contribuir no embate metodológico e político, ao propor ser o desenvolvimento humano o real sentido de desenvolvimento. São portanto necessárias intensas transformações para que haja um exercício de governança democrática na busca de soluções para os problemas atuais do desenvolvimento e na construção de uma nova cultura sintonizada com as preocupações éticas de uma vida em comum.

Nessa perspectiva, no painel foi enfatizado que a ética da governança democrática poderá se consolidar quando as questões de desenvolvimento forem abordadas de acordo com a realidade local, visto que as sociedades contemporâneas já entenderam que existe um limite físico do planeta.

Com base nas reflexões do painel, algumas recomendações foram encaminhadas como contribuição para a Rio+20:

- Esforços para que se garanta o processo educacional, de capacitação e qualificação de recursos humanos para que sejam revistos os valores norteadores para a avaliação de desenvolvimento;
- Incentivo à produção de conhecimento de cunho transdisciplinar ;
- Promoção da interação entre as ciências exatas e humanas e sociais;
- Incremento dos espaços e estratégias de divulgação de conhecimento qualificado para a sociedade , além da ampliação da possibilidade de publicações formais com este objetivo;
- Ampliação dos processos de intercâmbio e discussão entre academia, o setor público, a mídia e a sociedade, em geral;





- Promoção da educação como base da sociedade e ciência como agente de transformação social;
- Ampliação dos processos de comunicação e difusão de conhecimento para a sociedade.

4 – ANEXOS

4.1 – LISTA DE INSTITUIÇÕES PRESENTES

Associação Cultural e Religiosa Terreiro Aloyá;

Câmara Municipal do Rio de Janeiro;

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ);

Centro Universitário Plínio Leite;

Ciclos Consultoria Ambiental;

Cidades em Transição e Educação Gaia;

Colégio Municipal Padre Gilmar;

Confederação Nacional de RPPN – Associação de RPPN/MG;





Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande (CONSIG);
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
Consulado da Itália;
Consulado Geral da França;
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);
Deylight Art&Design;
Dialog Consultoria Inovação e Sustentabilidade;
Ecovila Viva;
Empresa Documento;
Empresas Concremat;
Escola Estadual Visconde de Sepetiba;
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN);
Fundação Casa de Rui Barbosa;
Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ);
Fundação D. João VI de Nova Friburgo;
Fundação Getúlio Vargas (FGV);
Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro;
Fundação Vale;
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
Instituto de Estudos da Religião (ISER);
Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP);
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro;
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
Instituto Ecoatlântica;
Instituto Equit;

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Instituto Estadual do Ambiente (INEA);
Instituto Federal de Educação;
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN);
Instituto Iguaçú;
Instituto Maria Teresa Vieira;
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT);
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);
Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza;
Instituto Superior de Tecnologia de Paracambi;
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes (ISMAT);
Instituto Cultural Tecnologia e Arte (TecnoArte);
Instituto Terra de Preservação Ambiental (ITPA);
Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (IVIG);
Instituto Walden;
MARC APOIO;
MATRIÁGUA;
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
Parque Nacional da Tijuca;
Parque Natural Municipal Chico Mendes;
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
Prefeitura do Município de Duque de Caxias;
Prefeitura Municipal de Itaboraí;
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro;
Rede de Educadores Ambientais da Serra dos Órgãos (REASO);
Repsol;
Revista Eco21;
Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ);
Secretaria Estadual de Educação;

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Secretaria Estadual do Ambiente;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SMAC);
Secretaria Municipal de Cultura;
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé;
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RJ);
The Nature Conservancy (TNC);
TV Brasil;
TV Câmara;
TV Globo;
Universidade Candido Mendes;
Universidade de Freiburg;
Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
Universidade do Grande Rio;
Universidade Estácio de Sá;
Universidade Estadual de Campinas;
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro;
Universidade Federal da Bahia;
Universidade Federal de Minas Gerais;
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro;
Universidade Federal do Rio de Janeiro;
Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
Universidade Gama Filho;
Universidade Santa Úrsula;
Universidade Nova de Lisboa;
UTE Norte Fluminense;
Vale S.A.

Realização:



Parcerias:



Apoio:





4.2 – LISTA DE PRESENÇA

Nome completo	A qual instituição está vinculado?	E-mail
Adriana Conti Rezende	UFF	adriconti@gmail.com
Afonso Martins	ISMAT	anunomartins@sapo.pt
Alan Moreira Simões	UFRRJ	alanmsimoes@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Alba Simon	Secretaria Estadual do Ambiente	albasimon7@gmail.com
Alessandra Léda Nogueira	SENAC-RIO	alessandraleda.n@gmail.com
Alexander C Moraes	UFRRJ	alexander@broatlantica.org.br
Alexandre Cabral Martins de Souza	UFRJ	cabral_1500@msn.com
Alexandre D'Avignon	UFRJ	davignon@ppe.ufrj.br
Alexandre de Bonis	PCRJ	aboris@rio.rj.gov.br
Alexandre de Souza Chagas	SMAC/GUC	chagas.alexandre@gmail.com
Alexandre Freitas Simões	Ceperj	xandyfsimoes@gmail.com
Alexia Shellard	UERJ	alexiahelena@gmail.com
Allan Yu I Mello	NEPAM-UNICAMP	allan.iwama@gmail.com
Almir Meireles dos Santos	Associação Cultural e Religiosa Terrewiro Aloyá	meirelesalmir@gmail.com
Altair Sancho	UFMG	altairsancho@hotmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Ana Alvarenga de Castro	PPGPDS/UFRRJ	aalvarenga@ufrj.br
Ana Beatriz Couto	UFRRJ	anabeatrizfscouto@gmail.com
Ana Beatriz Ferreira Batista	UFRRJ	anabeatriz.batista@ymail.com
Ana Carolina do Amaral Pitta	UFRJ	lorakana@gmail.com
Ana Carolina Oliveira	INCT/PPED	
Ana Carolina Quaresma da Silva	Documento	carolina.quaresma@documento.com
Ana Carolina Santiago	Documento	carolinasantiago@documentocultural.net
Ana Caroline Baker Botelho	UFRJ/COPPE	caro_baker@hotmail.com
Ana Castro	PPED	castro.anacelia@gmail.com
Ana Claudia Marques Paraense dos Santos	Senac RIO	paraenseana@yahoo.com.br
Ana Cláudia Nery da Silva	UFRRJ	nery61@gmail.com
Ana Cristina Carvalho	Inst. Waldem	accarvalho100@yahoo.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Ana Gabriela Oliveira do Carmo	SMAC - Secretaria Municipal de Meio Ambiente	ana.carmo@smac.rio.rj.gov.br
Ana Karina Silva Gomes	Secretaria de Estado do Ambiente	anakarina.sea@gmail.com
André Luiz Ferreira Lemos	UFRRJ	andreflemos@hotmail.com
André Luiz Reissinger de Sá	AMOUR	andreisinger@hotmail.com
André Szapiro	TV Globo	andre.szapiro@tvglobocom.br
Andréa Curi Zarattini	UFRJ e ICMBio	andreacurizarattini@gmail.com
Andrea de Melo Martins	INCA	andreiadmm@gmail.com
Andrea Donat Cavalcanti	UFRJ	cavalcanti.andrea@gmail.com
Andréa Gomes Carvalho da Silva	UFRRJ	andreagcs.ufrj@gmail.com
Andreia Gama	Fundação Vale	andreia.gama@vale.com
Andriei Gutierrez	Vale SA	andriei.gutierrez@vale.com
Anete Lopes Souza de Moura	Secretaria de Educação	anetemoural@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Angela Helena Philippini	Eicos	pomar@alternex.com.br
Anita Moreira de Azevedo Ekman Simões	Instituto Ecoatlântica	brasil.anita@gmail.com
Antonio Godoy	BRIO	briom@gmx.com
Antônio Vinícius Peixoto	puc/rio	nithopeixoto@hotmail.com
Armando Cypriano Pires	UFF	armandompsuff@uol.com.br
Arnaldo Edgard Lage da Silva	Prefeitura Municipal de Itabira	ambienteitabira@yahoo.com.br
Bárbara de Almeida Jotta Barros	SUESC	barbara.jbarros@gmail.com
Beatriz de Carvalho Penna	MATRIÁGUA	bcpenna@gmail.com
Beatriz de Souza Santa Rita	UFRRJ	beatriz.rita@sesi.org.br
Beatriz Giacomini Cruz	Repsol	beatrizgiacomini@repsolsinopec.com
Beatriz Santa Rita	UFRRJ	biasantarita@yahoo.com.br
Bernardo Mudjalieb	UFRRJ	bernardomudja@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a **Rio+20**

Breno Herrera da Silva Coelho	ICMBio - APA Guapimirim	breno.herrera@gmail.com
Bruna Faria Simoes	UFRRJ	bfsimoes13@gmail.com
Bruna Galassi Silveira	EICOS/UFRJ	brunagalassi@gmail.com
Bruna Gonçalves da Silva	UERJ	bu_brune@hotmail.com
Bruna Ranção Conti	PPED	bruna-conti@hotmail.com
Bruna Roque Loureiro	FIPERJ	brunaroqueloureiro@gmail.com
Bruno Cid Lins	UFF	brunoloureirolins@gmail.com
Bruno da Silva Dias dos Reis	UFRJ	brunoreis_13@yahoo.com.br
Caio de Carvalho Ranna	PUC RIO	caioranna@yahoo.com.br
Camila Nobrega R Alves	UFRRJ	camila.nobrega4@gmail.com
Camila Rodrigues	UFRRJ	camirural@gmail.com
Carla Maia	Repsol	carlajovi@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Carlos Alberto Bernardo Mesquita	CI	c.mesquita@conseracao.org
Carlos Alexandre dos Santos Sawczuk	PARNA Tijuca	cacosawczukpnt@gmail.com
Carlos Augusto Figueiredo	UniRio	carlos.figueiredo@gmail.com
Carlos Dário de Castro Moreira	Secretaria de Estado do Ambiente RJ	terramolhada@gmail.com
Carlos Peixoto Filho	TV Câmara	carlospx@uol.com.br
Carlos Rodrigo Avilez Andrade Bezerra da Silva	PROURB/FAU/UFRJ	carlosrodrigo@ufrj.br
Carmen de Lourdes M Nascimento	Tecnoarte	carmenlmedeiros@gmail.com
Caroline de Oliveira Castro	MBE \ UFRJ	carolineocastro@gmail.com
Cassiane da Silva	Instituto Iguaçu	cassiane18ld@yahoo.com.br
Catalina Revollo Pardo	EICOS	carevollo@yahoo.com
Catarina de Campos Morgado	UFRJ/ Ayra Consultoria	catarinacmorgado@hotmail.com
Cecilia Herzog	INVERDE	ceciliapherzog@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Celso José Monteiro Filho	IBGE/Diretoria de Geociências	celso.filho@ibge.gov.br
Christiana Rocha Santos Ferreira de Souza	ENBT - Escola Nacional de Botânica Tropical	christianarocha@hotmail.com
Christina Deyringer	Deylight Art&Design	info@deylight.com
Ciro de Sousa Vale	UFRJ	vale.huk@bol.com.br
Claudia Carvalho Lopes da Silva	Vale	claudiacarvalholopes@yahoo.com.br
Claudia Cristina Nunes Emidio Gonçalves	EICOS/UFRJ	dameclaudine@yahoo.com.br
Claudia Fragelli	CEFET/RJ	claudiafragelli@hotmail.com
Claudia Horta	UFRJ	hortalmeida@gmail.com
Claudia Rodrigues Rosa	UFRRJ	rclaudia.rosa@gmail.com
Cláudia Valéria Fonseca da Costa	UFRJ	claufcost@gmail.com
Claudison Rodrigues	JBRJ Museu	claudison@bbrj.gov.br
Cleo Carvalho Ohana	UFRRJ	cleohana@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Cristiana P A Mendes	INEA	cristiana_mendes@yahoo.com.br
Cristiene N. Ribeiro	UERJ	tiene.22@hotmail.com
Cynthia Wanick Vieira	UFRJ	cynthiawv@gmail.com
Dagoberto Lopes Oliveira		dagoberto@arqueologiapublica.com
Daiane Luiza Ferreira Soares	UFRRJ	daianelfsoares@globo.com
Daiane Teixeira Alves Andrade	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Magé	daianelp_15@hotmail.com
Daniel Prata	SUESC	lelprata@hotmail.com
Daniel Rebel Carvalho	UNIGRANRIO	danielrebel7@gmail.com
Daniele Marques de Mello	Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Magé	danielemello@yahoo.com.br
Débora Foguel	UFRJ	
Débora Mattos de Oliveira	UFF	deboramattosd@gamil.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a **Rio+20**

Deisecleia Montanarin	Senac	deise.montanarin@rj.senac.br
Denise Muniz de Tarin	MPRJ	detarin@mo.rj.gov.br
Denise Velasco	Instituto Maria Teresa Vieira	denisevprocult@yahoo.com.br
Denise Wilches Monsores	Parque Natural Municipal Chico Mendes	denise.pnmchicomendes@yahoo.com.br
Denize Bomfim	Colégio Municipal Padre Gilmar	elianebiologiamag@yahoo.com.br
Diego Conrado Nogueira	Escola Nacional de Botânica Tropical - JBRJ	diguedo@hotmail.com.br
Dionísio Inocência Liele	UFRRJ	dionisiociele@yahoo.com.br
Edilene Menezes Pereira	UFRRJ	edilenemenezes@yahoo.com.br
Edna de Assunção Melo Chernicharo	UERJ	ednaamc@gmail.com
Edson Barbosa de Oliveira		colberbolaoliveira@gmail.com
Edson Silva Reis	UFRJ/ FE	edson.socinfo@gmail.com
Eduardo da Costa Freire Silva	Ciclos Consultoria Ambiental	eduardo@ciclosconsultoria.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Eduardo Treptow Ferreira	Unirio	dudutreptowf@hotmail.com
Elaine das Neves Pinto Tinoco	PUC \ RJ	elainetinocon@gmail.com
Eleanor Mitch	Représentante du CIDCE	cidcerio20@gmail.com
Eliana Conde B Leite	CREA-RJ	aelianaleite@crea-rj.org.br
Eliana Miranda A Soares	IPHAN	eliana.soares@iphan.gov.br
Eliana Nunes Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro	lianrib@gmail.com
Eliana Zannini Ayres	SMAC-PCRJ	pnmbosquedabarra@yahoo.com.br
Eliana Miranda A Soares	IPHAN	eliana.soares@iphan.gov.br
Eliane Bomfim Costa	Escola Estadual Visconde de Sepetiba	elianebiologiamag@yahoo.com.br
Eliete Rego	nenhuma	elieterego@globo.com
Elisangela Bayerl	SEEDUC	elisbayerl@gmail.com
Elivan Arantes de Souza	ICMBio	elivas@hotmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a **Rio+20**

Elizabeth Kohnert Linhares	IBGE	elizabeth.linhares@ibge.gov.br
Elizabeth Pinto	UFRRJ	bethmpz@yahoo.com.br
Elizabeth Roballo Vital Amsler Moura	empresa própria de consultoria	bethroballo@gmail.com
Elzbieta Mitkiewicz	AMAST	elzbietamit@terra.com.br
Emanuel Braga do Nascimento	UFRRJ	emanuelbragatur@gmail.com
Eric Santana da Silva	UFRJ	ericsantana@ayraconsultoria.com
Érica Onzi Pastori	UFRGS	ericapastori@gmail.com
Erica Pipas Morgado	UFF	ericapipasmorg@yahoo.com.br
Erika Fernandes-Pinto	UFRJ	erikalencois@yahoo.com.br
Erika Masinara	Instituto Equit	erika@equit.org.br
Estela Maria Souza Costa Neves	PPED	estela.neves@terra.com.br
Eugenio Manuel de A Sanhueza	UFRRJ	eugenumanuel@oi.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fabiana Bicudo Cesar	ICMBio	fabiana.cesar@icmbio.gov.br
Fabiana Mesquita Fonseca	Programa EICOS/UFRJ	fabifonseca2@gmail.com
Felipe Martins Cordeiro de Mello	PPGPDS/UFRRJ	feelonline@gmail.com
Fernanda D´Almeida Morais	TRF 2o RG - SGA	fernanda.segest@trf2.gov.br
Fernanda Martins Franco Brito	UNIGRANRIO/UERJ	ff_marfran@hotmail.com
Fernanda Miranda Lima	UFRRJ	fefe_bumaloo@hotmail.com
Fernanda V Torres de Mendonça	Concremat	fernanda.mendonca@concremat.com.br
Fernando	UFRJ	alemiu@gmail.com
Fernando Marcos Corrales Pereira	UFRJ	fernandocoper@gmail.com
Flavia Arantes Rodrigues	CCDIA	fla.arantes@gmail.com
Flávia Ferreira de Mattos	UFRJ	flaviamattos40@hotmail.com
Flavia Londres da Cunha	PPGPDS/UFRRJ	flondres@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Flavia Londres da Cunha	PPGPDS/UFRRJ	flondres@gmail.com
Gabriela de Fatima Pomp de Pinho	UFRRJ	gabrielapomp@gmail.com
Gabriela Franco Duarte	PUC-Rio	gabriela.fduarte@hotmail.com.br
Gabriela Patino Lordello	SENAC RIO	gabypatinol@gmail.com
Gabriela Viana Moreira	ITPA Instituto Terra de Preservação Ambiental	gabriela@itpa.org.br
Gabriella Coutinho	COPPE	gabriella.coutinho@gmail.com
Gabrielle Figueiredo do Nascimento	UFF	gabriellefn@id.uff.br
Gabrielle Fonseca Abreu	UFRRJ	gabriellef.abreu@hotmail.com
George de Almeida Fant	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias	georgefant@gmail.com
George Washington Frota Maia	UERJ	georgewfmaia@yahoo.com.br
Gian Mario Giuliani	IFCS UFRJ	gmgiliani@uol.com.br
Giovanna Barreto	Dialog Consultoria Inovação e Sustentabilidade	escrevaprangi@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Girlene Viana da Silva	SENAC RIO	ggirleneviana@hotmail.com
Gisela de Queiros Mattos	Fundação Vale	gisela.mattoso@vale.com
Gizely Sobrinho	UENF	gizely_sobrinho@yahoo.com.br
Gonzalo Enrique Vasquez Enriquez	SEDIP/ UFPA	genriquez@uol.com.br
Graziele Noronha dos Santos	UFF	gnoronha@id.uff.br
Gustavo Melo	UFRJ	melo.gustavo@yahoo.com
Gustavo Simas	LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED	
Hamilton Francisco de Souza Filho	UFRRJ	hamsouza@yahoo.com.br
Hélio Moulin Curti Junior	CTUR/UFRRJ	hcurti@bol.com.br
Hellen Cano	IBGE / DGC / CREN	hellencano@gmail.com
Hellen Sales Martins	Universidade Gama Filho	hellens.martins@gmail.com
Heloisa Ayres	EICOS/IP/UFRJ	

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Iaci Menezes Penteadó	GAPIS/UFRJ	iacimp@gmail.com
Igor Vladimir Mendes Santos	Setor de TURISMO	passeios.ilhagrande@gmail.com
Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho	UFBA	ihering@ufba.br
Inês de Souza Infante	LAGEAM/UFRRJ	ines.infante@terra.com.br
Ingrid Santana Monteiro	UNIRIO	ingrid.social@gmail.com
Isabela de Fátima Fogaça	INCT/UFRRJ	isafog@hotmail.com
Isabela Lobato	Coordenação Proteção Meio Ambiente	soniapeixoto@terra.com.br
Isabella Leite Lucas	UFRRJ	leitelucas.isabella@gmail.com
Isadora Timbó de Paula Lopes	Deloitte	isatpopes@gmail.com
Ivone de Paula Lima Ferreira	Fundação CEPERJ	ivoneceperj@gmail.com
Jacqueline Silva Rodrigues	INCT/PPED/GAPIS/IP	jacquelinesilvarodrigues@gmail.com
Jacqueline Willih Corrêa	EICOS/UFRJ	jacque_joe@hotmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Jadiel Guerra de Moura	PPEPDS	jadiel.guerra@ig.com.br
Janaina Sant Anna	-	janasantanna@yahoo.com.br
Jane Faro	CEPERJ	farojane@hotmail.com
Jefferson Santos Matos	UERJ	jefferson.jsm@gmail.com
Jéssica Soares Geraldo Ferreira	UFRJ	jessicasoaresufrj@gmail.com
Joana Carlos Bezerra	FGV/Unicamp	jcbezerra@hotmail.com
João Carlos Barroso Quintanilha	Grupisa	jcquintanilha@gmail.com
João Luis V Pacheco	Documento	joao.luiz@arqueologiapublica.com
João Paulo de Souza Rosas	Secretaria MA	jpsrosas@hotmail.com
João Pedro Rocha Siqueira	CEFET	joaopedro_rochasiqueira@yahoo.com.br
João Victor Izidorio da Rocha	UNIRIO	jvictorir2@gmail.com
Jose Antonio Sena do Nascimento	IBGE - Diretoria Geociências	jose.sena@ibge.gov.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Júlia Azevedo	Consultora independente	julia1@gmail.com
Juliana Bittencourt Santiago	UFRRJ	santiago.juliana@ymail.com
Juliana da Rocha Silva	UFF	juliana_rochas@hotmail.com
Juliana de Oliveira Lopes	UFRRJ	juliana.olopes@hotmail.com
Juliana Laversveiler Costa	Instituto Superior de tecnologia de Paracambi	julaversveiler@yahoo.com.br
Karla M. Matos	SEA	karlamatos8@gmail.com
Kelly Lima Teixeira	Faculdade SENAC Rio	kelly.teixeira@rj.senac.br
Laiana Lopes do Nascimento	UFF	laiana_nit_jn@hotmail.com
Larissa Borges de Sá	UFRRJ	larissa.borges86@gmail.com
Larissa Newton	IFRN	larissanewton@gmail.com
Leila Chabane	Consulado da França no Rio de Janeiro	
Leila F Parada de S Lima	Câmara Municipal do Rio de Janeiro	lparada13@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Leila Mariza de Mattos Mello	Universidade Santa Úrsula	leilamattos@yahoo.com.br
Leila S.de Vasconcellos	Turismo	leilocavida@hotmail.com
Lélio Galdino Rosa	UFRRJ	leliogaldino@hotmail.com
Leonardo Barcelo de Bakker	UFRJ/IE	leonardo.bakker@gmail.com
Leonardo Bastos Carneiro da Cunha	Vale S.A.	leonardo.carneiro.cunha@vale.com
Leandro Fontoura	UFRRJ	leandro.fontoura@gmail.com
Leonardo Pereira Gomes	EICOS/ UFRJ	lgomes000@gmail.com
Liandra Peres Caldasso	UFRJ	liandra.caldasso@gmail.com
Lícia Roque da Cunha	Jornalista	liciacunha@yahoo.com.br
Lídia Vaz Aguiar	Sistema FIRJAN	lvaguiar@firjan.org.br
Lidiane Oliveira Geraldês	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	lidianeogeraldês@yahoo.com
Lígia Aparecida Inhan Matos	UFRJ-PPED	ligia.inhan@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Lilium Aquino Meireles dos Santos	Associação Cultural e Religiosa Terreiro Aloyá	liliummeireles@uol.com.br
Liliane Oliveira Geraldês	UFRRJ	lidiane-geraldes@hotmail.com
Lislaine Sperandio	UFRRJ	lissperandio@gmail.com
Livia Lopes Moreira	UFRJ	dunasim@yahoo.com.br
Liz-Rejane Issberner	IBICT/UFRJ	lirismail@gmail.com
Loar dos Santos Coutinho	UFRRJ	loar.coutinho@gmail.com
Lorena Almeida Alves da Silva	UFRRJ	lorenaalves.tur@gmail.com
Lorena de Andrade Pinto	UFRRJ	lorenaef1@yahoo.com.br
Louise Briec	Instituto de Economia UFRJ	louise_briec@hotmail.com
Luana Priscila de Carvalho Pereira	UFRRJ	luana_floresta@hotmail.com
Lucas Amaral Lariano	UFRRJ	lucas_amaral@hotmail.com
Lúcia Chayb	Revista Eco 21	luciachayb@eco21.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Luciana Cardoso Peres	IGUAÇU	lucianacperes@hotmail.com
Luciana de Oliveira Leal Halbritter	UFRJ	lucianaleal.halbritter@gmail.com
Luciana Tristão		lucianatristao@yahoo.com.br
Luis Alfredo C Guimarães	UNIPLI	lacquima@hotmail.com
Luiz Eduardo Veras Lopes Pontes	UERJ	luizlopespontes@gmail.com
Luiz Phimppe Toremy	IPHAN	luiz.tormey@iphan.ov.br
Luiz Roberto Ferreira Vieira	SMAC	
Luiza Gallas Brasil	UFRJ	luizagallasufrj@gmail.com
Luiza Maia de Castro	COPPE/UFRJ	luizamaiadecastro@gmail.com
Lydia Maria Corrêa dos Santos	Universidade Federal Fluminense	lidinha309@hotmail.com
Madalena Martins Sant'Ana Barroso	SMAC - RJ	madalenamartins2000@yahoo.com.br
Madalena Mathias	Secretaria MA	

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Manuela Torres Cambelini	INCA	andreiadmm@gmail.com
Marcelly Alves	UFRRJ	cellynhabrands@hotmail.com
Marcelo Arantes	INEA	marcelodev@uol.com.br
Marcelo Augusto Gurgel de Lima	EICOS-UFRJ	maglturismo@gmail.com
Marcelo Barros de Andrade	SMAC - Secretaria Municipal do Meio Ambiente	marcelob.andrade@smac.rio.rj.gov.br
Marcelo Gurgel de Lima	UFRJ/EICOS	maglturismo@gmail.com
Márcia Siqueira	CONSIG	bmsiqueira@globo.com
Marcio Aleluia	Escritório de Advocacia	marcioaleluia@ig.com.br
Marcio Cordeiro Rangel	PPEPDS	marcio.rangel65@hotmail.com
Márcio Rocha Carazza	SMAC	pedograjau@gmail.com
Marcio Santos de Oliveira	Prefeitura do RJ	santosdeoliveira.marcio@gmail.com
Marco Valerio Rodrigues Monteiro	UERJ -Paracambi	marcovmonteiro@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Marcos Paulo de A Pontes	SUESC	marc.os.1@hotmail.com
Margarida Trindade	UFRJ	margarida.t@terra.com.br
Maria Albertina Queiroz Teixeira	Secretaria Estadual de Educação	marequeiroz@yahoo.com.br
Maria Auxiliadora Silva Matoso	Prefeitura Municipal de Itabira	dorasilvamatoso@yahoo.com.br
Maria Clara Brandt Ribeiro de Oliveira	COPPE/UFRJ	clara_brandt@yahoo.com
Maria Clara O. Marques	UFRJ/IB	mcmarques09@hotmail.com
Maria Cristina Weyland Vieira	Confederação Nacional de RPPN - Associação de RPPN / MG - Instituto Sul-Mineiro de Estudos e Conservação da Natureza	institutosulmineiro@yahoo.com.br - mcwvieira@yahoo.com.br
Maria Elizabeth de Oliveira	PPED/IE/UFRJ	elizabetholiverbr@yahoo.com.br
Maria Fernanda Alegria	GAPIS	mfalegria@yahoo.com
Maria Luiza Andrade	PUC	malu.arq@uol.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Maria Madalena Colette	UNIFESO	contato@laboratoriocriativo.cut.br
Maria Norma Menezes	UFRJ	normapuri@gmail.com
Maria Rachel Moraes Lourenço	UNIRIO	maria_rachel_lourenco@hotmail.com
Maria Rita Lustosa Junqueira Villela	PUC-Rio	mariarita@aluno.puc-rio.br
Marian Helen Rodrigues	Documento	marian@doculmentocultural.net
Mariana de Queiroz Brunelli	PUC-Rio	maribrunelli@gmail.com
Mariana Oliveira do Prado	UFRJ	marianaprado89@gmail.com
Mariana Ortman Cavalin	Escola Nacional de Botânica Tropical - JBRJ	m.cavalin@yahoo.com.br
Mariana Silva Duarte	UFRRJ	duarte.msd@gmail.com
Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac	Programa EICOS UFRJ	marie.b@hotmail.com.br
Marília Garcia da Conceição	UFRJ	lilaestrela@hotmail.com
Marilza da Cruz Pinto Grogão	Secretaria Municipal de Cultura	grogiao@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Mario Panaro	Consulado Italia	mario.panaro@esteri.it
Mário Ramos Carneiro	Estácio	marioamoscar@hotmail.com
Marisa Aguiar de Oliveira	Instituto Iguazu	mari_a.oliveira@hotmail.com
Marlene Custódia	IPHAN	marlene.custodia@iphan.gov.br
Marly Souza Andrade	Prefeitura	marlysandrade@yahoo.com.br
Marta de Azevedo Irving	EICOS/IP/UFRJ e PPED/IE/UFRJ	marlysandrade@yahoo.com.br
Maryane T Medeiros	IPHAN	mryane.medeiros@hotmail.com
Maximiliano Ferrary Monteverde	UNIGRANRIO	max.ferrary@yahoo.com.br
Melissa Donatti	Vale	melissa.donatti@vale.com
Melissa Lara Hayes	UFRJ	hayestieken.ml@gmail.com
Michelle Cristina Sampaio	UNIRIO	michellesampaio@gmail.com
Michelly Xavier Nunes Mirailh	-	michelly.xavier@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Milena Alves da Silva	UFRRJ	milena_albr@yahoo.com.br
Moacyr Dutra Junior	INEA	moadutra@yahoo.com.br
Mônica Debuche de Paiva	INEA	debuche@gmail.com
Monique Barreto		barretomonique@ymail.com
Moory Maycol R Fernandez		romero.moory@gmail.com
Nadja Maria Castilho da Costa	UERJ	nadjacastilho@gmail.com
Nathalia Dreyer Breitenbach Pinto	COPPE UFRJ	nathaliadreyer@hotmail.com
Nathalia Nascimento Rodrigues Campos	CONSIG	nathalia@consigbig.org.br
Nayane da Silva Ramos	UFRRJ	naysilramos@yahoo.com.br
Nelio Souza	CEPERJ	neliogaso@gmail.com
Nelson Antunes de Lemos	Unigranrio	nalemos2008@yahoo.com.br
Nina Nicoline Oliveira	Ecovila Viva	ninaa_ninaa@hotmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Osiane Antonio dos santos	UFRRJ	osi.santos@yahoo.com.br
Pablo del Arco	PPED	pablo.delarco@gmail.com
Pamela Figueiró Mendonça	MARC APOIO	pam23figueiro@gmail.com
Patricia Almeida Ashley	UFF	patriciaalmeidaashley@id.uff.br
Patricia Figueiredo de Castro	INEA	patfig2008@gmail.com
Patricia Isabella Frutuoso Lima	UFRRJ	isabellafrutuoso@yahoo.com.br
Patricia Moreira Mendonça	CEPERJ	patygs@gmail.com
Paula do Espírito Santo	UFRRJ-Engenharia Florestal	paula_esanto@hotmail.com
Paula Lima do Amaral	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	amaral_paula@yahoo.com.br
Paula Rache Lanthiez	UFRJ	planthiez@hotmail.com
Paula Ritter	FIPERJ	paula.fiperj@gmail.com
Paulo André Ferreira	Instituto Federal de Educação	paulo.andre@ifrj.edu.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Paulo Gentil Ribeiro Gonçalves	Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	paulogentilsmac@yahoo.com.br
Paulo Klingelhofer de Sá	UFRJ	paulokdesa@gmail.com
Pedro Jorge	UFRJ	pedrojorgecampello@gmail.com
Pedro Luis Amendola	IBGE	pedro.amendola@ibge.gov.br
Pedro Zanetti Santos	UFRRJ	pedrozanetti@hotmail.com
Petula Paneiano	PPED	petulapn@gmail.com
Pomy Yara R Meirelles	CBH - B G	ponyyara@hotmail.com
Priscila de Moraes Rego Franco de Oliveira	ICMBio/Universidade de Freiburg	priscila.franco@venus.uni-freiburg.de
Priscila Iglessias Rosa	UFRRJ	priscilagr@hotmail.com
Priscilla Maia Rangel	EICOS	priscilla.maiarangel@gmail.com
Rafael Augusto Xavier Borges	CNCFlora/ JBRJ	rafael@cncflora.jbrj.gov.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Rafael Felipe Teixeira Rodrigues	CEFET RJ	rafaelfelipe18@hotmail.com
Rafael Machado C de Rezende	UFRRJ	rafaelblz@hotmail.com
Rafael Santos Nunes de Carvalho	Secretaria de Estado do Ambiente	rafaelsncarvalho@gmail.com
Rafael Vieira	IVIG/COPPE UFRJ	raelvieira@poli.ufrj.br
Rafaela Demarchi	Universidade Estácio de Sá	rafaela_demarchi@yahoo.com.br
Ranulfo Vidigal Ribeiro	PPED/IE	ranulfovidigal@hotmail.com
Raquel dos Santos Gaião	UFRRJ	rq.gaiao@hotmail.com
Raquel Melo dos Santos	UERJ	raquel.melo.21@hotmail.com
Raquel Monteiro Marques	UFRRJ	raquelmmarques@yahoo.com.br
Raquel Rinaldi Althoff	Vale	raquel.althoff@vale.com
Renata Affonso Marques da Costar	UFRJ Instituto de Economia	reaffonso@uol.com.br
Renata de Oliveira Teixeira	UFRRJ/EMBRAPA Agrobiologia	renata31floresta@yahoo.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20

Renata de Souza	UFRJ	resouza_1985@yahoo.com.br
Renata Duarte de Oliveira	UERJ	renataoliveira1@hotmail.com
Renata Ferreira Camargo	Mestranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	rencamargo@gmail.com
Renata Memere Riski	MBE \ UFRJ	renatariski@gmail.com
Ricardo Ades	OAB	ricardoades@yahoo.com.br
Ricardo Castelo Branco Jorge	Prefeitura da cidade do RJ/Gestor do Parque Natural da Cidade/Responsável pelo expediente do Parque Estadual do Chacrinha	ricardocbjorge@yahoo.com.br
Ricardo Nehrer	PPED	ricardonehrer@gmail.com
Ricardo Santamarina	Particular (sem vínculo com instituição)	ricardosantamarina@hotmail.com
Roberto Rosa Pereira	FIPERJ	baicorosa@yahoo.com.br
Roberto Souza dos Santos	SES/RJ	65roberto@oi.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Rodrigo Conde Alves	UFRRJ / EMBRAPA Agrobiologia	rconde@gmail.com
Rodrigo Medeiros	PPGPDS/UFRRJ e PPED/IE/UFRRJ	
Ronnie Peterson Silva de Andrade	Fundação D. João VI de Nova Friburgo	ronniepetersonfriburgo@gmail.com
Rosa Castelo Branco	IBAMA	rwekid@globo.com
Rosa Maria Campos Lima	empresa	rmclflor@hotmail.com
Rosana Junqueira Maia	SMAC-PCRJ	pnmdaprainha@yahoo.com.br
Rosane Botelho Alves	INEA	rosaneinea@gmail.com
Rosane Cartier	Cidades em Transição e Educação Gaia	producao.rocartier@gmail.com
Rosaura Maria Morais	Inmetro/Dqual/Diape	rmmorais@inmetro.gov.br
Rosilene Almeida da Silva	-	rosilenealmeidasilva@ig.com.br
Rubens Andrade	Câmara Municipal do Rio de Janeiro	vereadorrubensandrade@gmail.com
Ruth Saldanha	RW CINE	rvsaldanha@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Ruth Wintersteie	UFRJ	ruthwinters@globomail.com
Sabrina Costa da Silva	Instituto BioAtlântica	sabrinacostarj@gmail.com
Sandra Maria Borges de Freitas	CEPERJ	sborges.comunicacao@gmail.com
Sandro dos Reis Andrade	UFRRJ	srsandro983@gmail.com
Santiago Bustelo	UFRJ	santiago.bustelo@gmail.com
Sergio Domingos de Oliveira	UFRRJ/ICHS/DEDH	sedoliveira@yahoo.com
Sergio W Maia	PPED UFRJ	maia.w@globo.com
Sherly Leal Verissimo	MARC-APOIO	sherly_lv@yahoo.com.br
Silvia Regina Goi		sgoi@globo.com
Simone Bramer Schenkel	UERJ	sibramer@hotmail.com
Simone Costa R da Silva	UFRJ	simone_dtm@yahoo.com.br
Sonia Lais	INCT-PPED	

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Sônia Peixoto	SMAC - gestão	soniapeixoto@terra.com.br
Stanley Adriell Wallace Berrocal	ABEC	stanleyadriell@yahoo.com.br
SUÊNIA ALVES DE LIMA	UFRRJ	suenialima05@hotmail.com
Sultane Mussi	IBAMA	sulmussi@terra.com.br
Susana Alves Prata	UFRRJ	susana-prata@hotmail.com
Suya Presta	ISER Instituto de Estudos da Religião	suyapresta@yahoo.com
Suzana Monteiro Silvestre Fernandes	Universidade Estácio de Sá	sufernandes@globo.com
Taciane Marinho da Silva	Instituto Iguazu	tacianemarinho@gmail.com
Tadzia Oliva Maya	PPGPDS/UFRRJ	tadziaweya@gmail.com
Tania Barros Maciel	EICOS	taniabm@gmail.com
Tania Machado Knaack de Souza	Universidade Candido Mendes	taniaknaack@yahoo.com.br
Tatiana Cordeiro Pereira da Silva	UFRRJ	tatianacordeiro23@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Tayane Costa Carvalho	UFRRJ	tayane_rj@hotmail.com
Teresinha de Jesus Ribeiro	TRF 2o RG - SGA	fernanda.segest@trf2.gov.br
Thais de Freitas Roque	Jornalista	roquethais@yahoo.com.br
Thais Maria Salmito Lafaille	Ibama/RJ	thaissalmito@gmail.com
Thais Rosa Pinheiro	ENCE/IBGE	trprosa@gmail.com
Thaís Salgado Pimenta	Instituto Estadual do Ambiente	thaisalpimenta@gmail.com
Thays Lima G. de Carvalho	UFRRJ	turismoyletras@ig.com.br
Thiago de Castro Ribeiro	UNESP	ribeiro_castro@ig.com.br
tiago de conto	UFRRJ	tiagodc_89@yahoo.com.br
Tomás Ramos	UNL	tubr@fct.unl.pt
ÚRSULA ANDRÉ HALLAIS ISSA	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	ursula.hallais@gmail.com
Valéria Carneiro de Mendonça	UERJ	valpsico56@yahoo.com.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Valeria Vinha	PPED	valeriavinha@globo.com
Vander Soares Pedra	EM MAL PLM	vanderpedra@uol.com.br
Vanessa Cerqueira Porto	UFRJ	v.cerqueiraporto@gmail.com
Vanessa Hacon	UFRJ	vanessahacon@gmail.com
Vania Angelica Nascimento Machado	Senac - Santa Luzia - Gestão em Turismo	vaniangelica@ig.com.br
Vania de Oliveira Nagem	IBGE e UFRJ	vania.nagem@hotmail.com
Vânia Peixoto	Secretaria MA	
Vera Lucia Ermida Barbosa	UFRJ	veraernida@yahoo.com.br
Victor A. N. Urzua	ITPA/UFRRJ	vn_urzua@yahoo.com.br
Vinicius de Moura Barbat	UFRJ	vinicius.m.barbati@gmail.com
Vinicius Santos Soares		vsansoares@yahoo.com.br
Vitor Alexandrino dos Santos	Políticas Públicas Estratégias e	vitor.santos@ie.ufrj.br

Realização:



Parcerias:



Apoio:



	Desenvolvimento	
Vitor Lima da Costa	PUC-Rio	vitorlcosta@hotmail.com
Vivian Castilho da Costa	UERJ	nadjacastilho@gmail.com
Vivianne Silva de Paula Lopes	TV Brasil	vivelopes@gmail.com
Wellington da Cunha Freitas		contato@whellington.com
Wilson Mendonça Sousa Neto	UFRRJ	sousanetowm@gmail.com
Wladimir d'Ortega	FGV	wlad.dor@gmail.com
Yara Valverde	LAGEAM/PPGCAAF/UFRRJ e INCT-PPED	
Zaira Lanna	Vale	zaira.lanna@vale.com
Zilene Alves de Souza	REASO-Rede de Educadores Ambientais da Serra dos Orgãos	zilahsouza@gmail.com

Realização:



Parcerias:



Apoio:





4.3 – QUADRO SÍNTESE DO UNIVERSO DE PARTICIPAÇÃO

Participantes no Workshop Governança Ambiental, Biodiversidade e Cultura: reflexões para a Rio + 20

Colunas1	Previsto	Realizado
Professores/Pesquisadores	50	55
Alunos de Pós Graduação	60	173
Alunos de graduação	30	43
Instituições Governamentais	0	66
Profissionais Liberais	10	78
Totais	150	415

*

4.4 - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA: uma reflexão para a Rio+20

WORKSHOP INTERNACIONAL



Banner do evento



Abertura do workshop



Componentes da mesa de abertura

Realização:



Parcerias:



Apoio:





Cocktail de abertura do Workshop no auditório da Casa de Rui Barbosa

**Painel I – BALIZAMENTOS CONCEITUAIS NECESSÁRIOS
(Terça, dia 08/05/2012)**



Componentes do painel

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a Rio+20



Coordenador do painel



Painelistas



Painelistas

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Painelistas

PAINEL II – DESAFIOS PARA A PESQUISA
(Terça, dia 08/05/2012)



Componentes do painel

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Coordenadora do painel



Painelistas

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Painelistas



Público presente



Coffee break

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa





PAINEL III – DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS
 (Quarta, dia 09/05/2012)



Componentes do painel



Coordenadora do painel

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Painelistas



Público presente



Debates

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a **Rio+20**



Coffee break

PAINEL IV – PARCERIAS E INOVAÇÃO
 (Quarta, dia 09/05/2012)



Componentes do painel



Coordenador do painel

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Painelistas



Painelistas

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a Rio+20



Público presente



Coffee break

PAINEL V – GERAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTO
 (Quinta, dia 10/05/2012)



Componentes do painel

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a Rio+20



Coordenador do painel



Painelistas



Público presente



Debates

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:
 uma reflexão para a **Rio+20**



Coffee break

PAINEL 6
REFLEXÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA A RIO+20
 (Quinta, dia 10/05/2012)



Coordenadores do painel

Realização:



Parcerias:



Apoio:



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Relatoria



Relatoria

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**



Contribuições para o debate



Público presente

Realização:



Parcerias:



Apoio:



Fundação Casa de Rui Barbosa



GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA: uma reflexão para a Rio+20

WORKSHOP INTERNACIONAL

4.5- FOLDER ORIGINAL DO EVENTO

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA: uma reflexão para a Rio+20

Comitê Científico:
 Maria de Azevedo Inyang (INCT-PPED/CNPq e Programa ECOS-IF e PFED/UFRJ)
 Rodrigo Medeiros (INCT-PPED/CNPq, PPGOS/UFRJ e PFED/UFRJ)
 Estela Neves (INCT-PPED/CNPq e PFED/UFRJ)

Segunda-feira - 7 de maio		
17:30 - 18:30 hs	Abertura	Renato Borchi (ESP e INCT-PPED/CNPq) Ana Célia Castro (PFED/UFRJ e INCT-PPED/CNPq) Mário Pereira (Diretor Geral do IBAMA) Rubens Pivovaro (Diretor do Instituto Histórico e Geográfico) Flavio Puzosi (Consultor de Planejamento no Rio de Janeiro) Edson Foguel (Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da UFRJ) Sergio Benarman Vianini (Presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro)
Terça-feira - 8 de maio		
9:00 - 10:30hs	Panel 1 A "Desafios conceituais necessários"	Rodrigo Medeiros - coordenação - (INCT-PPED/CNPq, PPGOS/UFRJ e PFED/UFRJ) Andréo Cabral (Instituto de Meio Ambiente - MMA) Thierry Botton Rortini (Universidade Nova de Lisboa - Portugal) Aurélien Dupont (MNHM/ONG) - França Removal (GreenNet) (Associação José Medeiros Lopo) - França
10:30 - 11:00hs	Intervalo	
11:00 - 12:30hs	Panel 1 B "Desafios conceituais necessários"	Debates
12:30 - 14:00hs	Almoço	
14:00 - 15:30hs	Panel 2 A "Desafios para a pesquisa"	Marta de Azevedo Inyang - coordenação - (INCT-PPED/CNPq, Programa ECOS-IF e PFED/UFRJ) Dorotea Tóth (Instituto de Políticas do Estado do Rio de Janeiro) Fabio Soriano (Comissão Internacional) Xosé Solís (Universidade de Santiago de Compostela - Espanha) Philippe Marie Laroche (IRD-MNHM) - França
15:30 - 16:00hs	Intervalo	
16:00 - 17:30hs	Panel 2 B "Desafios para a pesquisa"	Debates
Quarta-feira - 9 de maio		
9:00 - 10:30hs	Panel 3 A "Desafios para políticas públicas"	Estela Neves - coordenação - (INCT-PPED/CNPq e PFED/UFRJ) Carlos Alencar Secretário de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro Luiz Fernando de Almeida (Presidente do IBAMA) Pedro Marques (COMO) Jean-Pierre Briot (Diretor ONR) - Brasil
10:30 - 11:00hs	Intervalo	
11:00 - 12:30hs	Panel 3 B "Desafios para políticas públicas"	Debates
12:30 - 14:00hs	Almoço	
14:00 - 15:30hs	Panel 4 A "Parcerias e inovação"	Carlos Edmar de F. Farias - coordenação - (INCT-PPED/CNPq e PFED/UFRJ) Alejandro Ruiz (BPSOL - Guáquina) Afonso Nuno ISMAT - Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes - Grupo Lusófono - Portugal Maki Sakayuki (Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Região do Arquipélago da Madeira) Luiz Fátima (Secretaria de Estado do Ambiente do RJ) Marta de Azevedo Costa (INEC)
15:30 - 16:00hs	Intervalo	
16:00 - 17:30hs	Panel 4 B "Parcerias e inovação"	Debates
Quinta-feira - 10 de maio		
9:00 - 10:30hs	Panel 5 A "Geração e difusão de conhecimentos"	Alysonne D. Avelino - coordenação - (PFED/UFRJ e INCT-PPED/CNPq) Luiz Lemos (IBAMA) - Brasil Florent Renaud (Associação José Medeiros Lopo) - França Tania Bordini (MNHM) (Programa ECOS-IF/UFRJ) Maurice Gossé (Direção da TV Câmara do Município do RJ)
10:30 - 11:00hs	Intervalo	
11:00 - 12:30hs	Panel 5 B "Geração e difusão de conhecimentos"	Debates
12:30 - 14:00hs	Almoço	
14:00 - 15:30hs	Panel 6 "Recomendações para a Rio+20"	Marta de Azevedo Inyang (INCT-PPED/CNPq, Programa ECOS-IF e PFED/UFRJ) e Rodrigo Medeiros (INCT-PPED/CNPq, PPGOS/UFRJ e PFED/UFRJ) - Coordenação Relatores e Representantes dos Demais Painéis
15:30 - 16:00hs	Intervalo	
16:00 - 17:30hs	Panel 6 B "Recomendações para a Rio+20"	Marta de Azevedo Inyang (INCT-PPED/CNPq, Programa ECOS-IF e PFED/UFRJ) e Rodrigo Medeiros (INCT-PPED/CNPq, PPGOS/UFRJ e PFED/UFRJ) - Coordenação Relatores e Representantes dos Demais Painéis
17:00 - 18:00 hs	Encerramento	Coordenação do INCT-PPED/CNPq

Realização: INCT/PPED - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

Parcerias:

Apoio:

WORKSHOP INTERNACIONAL

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

uma reflexão para a **Rio+20**

7 a 10 de maio de 2012 – Casa de Rui Barbosa

uma reflexão para a Rio+20

GOVERNANÇA AMBIENTAL, BIODIVERSIDADE E CULTURA:

WORKSHOP INTERNACIONAL

O Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED/CNPq) convida para a

Local: Fundação Casa de Rui Barbosa (auditório)
Rua São Clemente, n. 134, Botafogo - Rio de Janeiro/RJ

Abertura: 7 de maio, a partir das 17:00 horas
8 a 10 de maio das 09:00-18:00 horas

Inscrições gratuitas
Informações e inscrições: Secretaria do PPGPDs/UFRJ
Tels.: (11) 2524-0030/2220-4568
e-mail: work.gbc2012@gmail.com

Realização:                 